

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 07/2015

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 07 DE ABRIL

- Presidente:** - *António José Pires Almor Branco*
- Vereadores Presentes:** - *Rui Fernando Moreira Magalhães*
- *José Manuel Correia de Moraes*
- *Carlos Fernando Avelens Freitas*
- *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*
- *Manuel Carlos Pereira Rodrigues*
- *João Maria Casado Figueiredo*
- Secretariou:** - *João Paulo Fraga*
Chefe da Divisão de Administração Geral, Finanças e Modernização
- Hora de Abertura:** - **15.00 Horas**
- Ata da Reunião Anterior** - **Aprovada por unanimidade, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os membros do executivo**
- Outras Presenças:** - *Jorge Eduardo Guedes Marques*
Diretor do Departamento de Coordenação Geral
- Local da Reunião:** - **Galeria/Posto de Turismo da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama**

Antes da Ordem do Dia

Saudação.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* saudou todos os presentes e agradeceu a presença de todos.

Aquilo que vai decorrer hoje aqui, é a realização da Reunião de Câmara formal, a Câmara é o órgão colegial do Município, as reuniões são quinzenais e que tem como obrigações analisar e decidir os assuntos correntes da Câmara Municipal.

A Câmara Municipal é constituída pelo Presidente, pelos Vereadores eleitos pelo PSD, o Vice-Presidente *Rui Magalhães*, a Vereadora *Deolinda Ricardo* e o Vereador *Manuel Rodrigues* e pelos representantes dos grupos partidários que também foram eleitos, o Professor *Carlos Freitas* pelo CDS/PP, o Dr. *José Manuel Moraes* pelo PS e o Eng.º *João Casado* também pelo PS.

Aqui nesta mesa somos todos iguais, cada um tem direito a um voto e temos uma Ordem de Trabalhos que é cumprida.

A realização destas reuniões têm algumas regras formais, o Dr. *João Fraga* é o responsável por secretariar esta reunião, por isso será ele que vai acompanhar, com o apoio da *Carla Assis* e nesta reunião temos sempre a presença do Diretor de Departamento Eng.º *Guedes Marques*, que está aqui com a função de esclarecer qualquer um de nós, ou alguma situação que seja colocada sobre os processos apresentados a reunião ou outras situações que surjam.

Os assuntos a submeter à Reunião de Câmara são agendados com quarenta e oito horas de antecedência, é feito um debate sobre esses assuntos e depois há uma votação sobre os assuntos da Ordem do Dia.

A Câmara Municipal decidiu fazer esta descentralização das reuniões, por um lado para transmitir às populações a forma como funciona esta democracia participativa do poder local, como funcionam as Reuniões de Câmara, qual é a organização que as Câmaras Municipais têm.

Todos os meses há uma reunião aberta ao público, onde as pessoas que queiram levantar algum assunto de interesse podem-no fazer, têm para esse efeito de proceder à marcação da sua presença, na semana anterior à Reunião de Câmara.

Hoje a reunião será aberta ao público, vamos usar uma metodologia que já adotamos noutras reuniões que fizemos fora dos Paços do Concelho e a metodologia é iniciarmos a reunião cumprindo a Ordem do Dia até ao final e assim que tivermos terminado os pontos da Ordem do Dia iremos abrir um período de intervenção do público, onde podem apresentar as questões que considerarem adequadas, cada um de nós terá o direito de responder, naquilo que foi interrogado.

Quero agradecer o acolhimento que todos vocês nos estão a dar e à Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, acho que é importante este acolhimento e demonstra o interesse das pessoas pela atividade da Câmara Municipal.

O nosso objetivo é que haja aqui um diálogo aberto e transparente e que seja profícuo para todos nós, principalmente para o Concelho, para a Freguesia e para a Vila da Torre de Dona Chama.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MANUEL MORAIS* disse: Boa tarde a todos. Em primeiro lugar, queria cumprimentar, na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, Dr. *Fernando Mesquita*, não só os presentes, mas todos os torrienses, e dizer-lhes que para mim foi, é e será sempre um prazer vir a Torre de Dona Chama.

Relativamente às questões que eventualmente poderia colocar tanto ao Senhor Presidente da Câmara, como eventualmente ao Senhor Presidente da Junta, reservar-me-ia para a parte final da Reunião, à semelhança do que tem acontecido noutras reuniões.

----- O Senhor Vereador Dr. *CARLOS FREITAS* disse: Boa tarde a todos, tal como o meu colega de bancada, reservarei para o final as minhas intervenções naquilo que for necessário.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Boa tarde, sou daqui de Torre de Dona Chama, como todos bem sabem, não vou colocar nenhuma questão antes da Ordem do Dia relativamente a algum ponto que diga respeito ao Município ou à Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama, deixarei isso para os considerandos da última parte da Reunião.

No entanto, não queria ter deixado de passar esta fase, que foi uma Quadra que tivemos, de extrema importância para nós cristãos, que é basicamente a Páscoa, a qual terminou, não deixar de desejar a todos aqueles com quem não estive, com quem não pude cruzar, uma boa continuação da Quadra e dizer-lhes que relativamente ao que é a política em geral, a política é definida por ideias, por pessoas, por momentos como estes, de intervenção, onde é que as pessoas podem depois debater e questionar e tentar também saber porque é que as coisas às vezes não são feitas.

De forma que não me vou alongar muito mais, vamos proceder, como o Senhor Presidente da Câmara disse, rapidamente ao que é a nossa Agenda, que está previamente definida e depois no decurso do resto da Reunião, a gente vai ter sempre uma participação ativa, é evidente e construtiva, para bem de todos.

----- O Senhor Vice-Presidente Dr. *RUI MAGALHÃES* disse: Boa tarde a todos, para quem não me conhece o meu nome é *Rui Magalhães*, sou Vice-Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, queria também aproveitar esta oportunidade para cumprimentar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da Torre de Dona Chama, Dr. *Mesquita* e cumprimentando-o a ele, obviamente estou a cumprimentar todo o Executivo e todos os membros da Assembleia de Freguesia de Torre de Dona Chama.

É com imenso prazer que aqui estou, neste tipo de Reunião Camarária, que nós queremos implementar no futuro, ou seja, em vez de realizarmos as reuniões sempre no Salão Nobre da Câmara Municipal, queremos ir ter com as pessoas, queremos ouvir as pessoas, saber aquilo que pensam, saber que problemas têm a apresentar e também, porque não dizê-lo, também ouvir das vossas sugestões e das vossas propostas para a vossa Freguesia.

Eu acho que não há forma mais genuína de democracia que esta, estando diretamente com as pessoas, nos locais onde os problemas existem, e eu tenho a certeza que esta Reunião vai ser muito proveitosa, que vocês vão intervir de uma forma democrática, livre e esclarecida.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *DEOLINDA RICARDO* disse: Boa tarde a todos, o meu nome é *Deolinda Ricardo*, sou Vereadora da Câmara Municipal de Mirandela e tenho como pelouros associados a Educação, a Cultura e a Ação Social.

É um prazer estar em Torre de Dona Chama, não é a primeira vez que nós aqui estamos, já estivemos em outras situações, em outros eventos em outras atividades, estamos sempre presentes e a colaborar com o Dr. *Mesquita*, o qual eu cumprimento e cumprimentando-o a ele, cumprimento todos aqui presentes e a todos os torrienses.

Como o Dr. *Rui Magalhães* disse, é um prazer aqui estar, abrimos as portas do Salão Nobre, digamos assim, e a Reunião de Câmara passou efetivamente para esta Freguesia. Estamos a começar a fazê-lo, é a segunda Freguesia onde estamos, isto é para manter, é para continuar, estamos aqui para vos ouvir e para vocês nos ouvirem também.

----- O Senhor Vereador Dr. *MANUEL RODRIGUES* disse: Boa tarde a todos, o meu nome é Manuel Rodrigues, os pelouros que atualmente ocupo na Câmara Municipal tem-me permitido trabalhar com alguma proximidade com a Junta de Freguesia da Torre de Dona Chama, bem como com outras pessoas que aqui estão presentes, é um privilégio estar sempre aqui, já estive aqui várias vezes e estarei sempre aqui.

Quero agradecer mais uma vez a forma como vocês nos receberam.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Ordem do Dia

01 – Órgãos da Autarquia (OA).

01/01 – Informação do Presidente.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou:

“Assumindo como nucleares os princípios da transparência e do envolvimento, dá-se conhecimento por escrito da presença do Presidente e Vereadores em permanência em reuniões, assembleias-gerais, eventos e atos similares, dos eventos e ações a decorrer no concelho de Mirandela e das obras em curso, bem como outras informações relevantes que digam respeito à atividade do Executivo Municipal em permanência.

1. Presenças:



- **Conselho de Administração da Resíduos do Nordeste**

Dia 19 de março, em Mogadouro, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

- **Seminário “Traçar Caminhos para a Proteção de Crianças e Jovens”**

Dia 19 de março, em Alfândega da Fé, esteve presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Rui Magalhães.

- **Reunião com o Presidente da Junta de Freguesia de Caravelas.**

Dia 19 de março, no edifício dos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal, Dr. Manuel Rodrigues.

- **Reunião com a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Vale de Madeiro.**

Dia 19 de março, no edifício dos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal, Dr. Manuel Rodrigues.

- **Reunião com a ANCRAS – Associação Nacional de Caprinicultores da Raça Serrana.**

Dia 20 de março, no Palácio dos Távoras, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

- **Assinatura do protocolo de cooperação com a Universidade Aberta (UAb), para a criação de um Centro Local de Aprendizagem em Mirandela.**

Dia 20 de março, no Palácio dos Távoras, estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco, o Vice-Presidente, Dr. Rui Magalhães, o Vereador, Dr. Manuel Rodrigues e a Vereadora, Dr.ª Deolinda Ricardo.

- **Assinatura do contrato de financiamento do Campo de Treinos Desportivo, com a presença do Presidente da CCDR-N e o Secretário de Estado da Juventude e Desporto.**

Dia 20 de março, na Fundação Cupertino Miranda (Porto), estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco e o Vereador, Dr. Manuel Rodrigues.

- **Plantação de árvores e distribuição de placas do projeto “Jardins com vida, cor e sabor” e entrega de certificados aos estabelecimentos de restauração aderentes à “Semana Europeia da Prevenção de Resíduos”.**

Dia 21 de março, no Parque Dr. José Gama, estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco, o Vice-Presidente, Dr. Rui Magalhães, o Vereador, Dr. Manuel Rodrigues e a Vereadora, Dr.ª Deolinda Ricardo.

- **Sessão de “O Meu Bairro”**

Dia 21 de março, na EB1 n.º 4 (Golfeiras), estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco, o Vice-Presidente, Dr. Rui Magalhães, o Vereador, Dr. Manuel Rodrigues e a Vereadora, Dr.ª Deolinda Ricardo.

- **Comemoração do Dia Mundial da Poesia.**

Dia 21 de março, no Pequeno Auditório Municipal, esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal, Dr.ª Deolinda Ricardo.

- **Entrega de prémios BTT Rota do Azeite Valbom dos Figos – Open Regional de Maratonas e Meias Maratonas.**

Dia 22 de março, em Valbom dos Figos, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

- **Reunião com o Delegado da DGEsTE – Delegação-Geral dos Estabelecimentos Escolares.**

Dia 23 de março, no Porto, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

- **Assembleia Geral da Agência de Desenvolvimento Regional do Vale do Tua**

Dia 23 de março, no Porto, estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco e o Vice-Presidente, Dr. Rui Magalhães.

- **Reunião com o Presidente da Direção do CTM – Clube de Ténis de Mesa de Mirandela.**

Dia 24 de março, no edifício dos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal, Dr. Manuel Rodrigues.

- **Reunião com o Presidente da Junta de Freguesia da Bouça.**

Dia 24 de março, no edifício dos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal, Dr. Manuel Rodrigues.

- **Assembleia Geral da Metropolitano Ligeiro de Mirandela, SA.**

Dia 24 de março, no Palácio dos Távoras, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

- **Reunião com a Junta de Freguesia de S. Pedro Velho.**

Dia 25 de março, no Palácio dos Távoras, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

- **Reunião com a Junta de Freguesia de Abreiro.**

Dia 25 de março, no Palácio dos Távoras, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

- **Apresentação do Mestrado de Administração Autárquica e do Centro de Recursos para a promoção do turismo e marketing territorial e tomada de posse da nova subdiretora da EsACT.**

Dia 26 de março, no Pequeno Auditório Municipal de Mirandela, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

- **Seminário “Educação Superior – Uma nova perspetiva”, da Fundação Calouste Gulbenkian**

Dia 26 de março, no IPB (Bragança), esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

- **Reunião com o Presidente da Junta de Freguesia de Carvalhais.**

Dia 26 de março, no edifício dos Serviços Técnicos, esteve presente o Vereador da Câmara Municipal, Dr. Manuel Rodrigues.

- **XXII Congresso Nacional de Municípios Portugueses – “Afirmar Portugal com o Poder Local”.**

Dias 27 e 28 de março, em Lisboa, estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco, o Dr. Humberto Cordeiro como representante da Assembleia Municipal e o Sr. Manuel Pereira como representante das Juntas de Freguesia do concelho de Mirandela.

- **Feira de Ramos**

Dia 29 de março, em Frechas, estiveram presentes o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Rui Magalhães e a Vereadora, Dr.ª Deolinda Ricardo.

- **Reunião da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Mirandela.**

Dia 30 de março, em Mirandela, esteve presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Rui Magalhães

- **Reunião com a Direção Geral de Veterinária.**

Dia 31 de março, em Lisboa, estiveram presentes o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco e o Vereador, Dr. Manuel Rodrigues.

- **Reunião da AMTQT – Associação de Municípios da terra quente Transmontana.**

Dia 01 de abril, em Macedo de Cavaleiros, esteve presente o Vice-Presidente da Câmara Municipal, Dr. Rui Magalhães.

- **Conselho Municipal de Educação**

Dia 01 de abril, em Mirandela, esteve presente a Vereadora da Câmara Municipal, Dr.ª Deolinda Ricardo.

- **Reunião da CIM-TTM – Comunidade Intermunicipal de Terras de Trás-os-Montes**

Dia 01 de abril, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal, Eng.º António Branco.

2. Eventos e outras ações:

- 21 de março – Assinatura do protocolo de cooperação com a Universidade Aberta (UAb).



- 20 de março – Assinatura do contrato de financiamento do Campo de Treinos Desportivo de Mirandela.



- 21 de março – Plantação de árvores e distribuição de placas do projeto “Jardins com vida, cor e sabor” e entrega de certificados aos estabelecimentos de restauração aderentes à “Semana Europeia da Prevenção de Resíduos”.



- 22 de março – Entrega de prémios BTT Rota do Azeite Valbom dos Figos – Open Regional de Maratonas e Meias Maratonas.



- 26 de março – Apresentação do Mestrado de Administração Autárquica da EsACT e tomada de posse da nova sub-diretora da EsACT.



----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou ainda que se vai realizar o Festival de Folclore no dia 11 de abril e está a decorrer durante todo o mês de abril o “Mês de Prevenção de Maus-Tratos da Criança”, que tem atividades praticamente diárias e neste momento está a decorrer também, a “Semana da Saúde”, que foi iniciada hoje, com inúmeras atividades ligadas à saúde, convido todos os Senhores Vereadores e o público aqui presente a associarem-se, dentro das suas possibilidades.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª *DEOLINDA RICARDO* disse: Também na Torre de Dona Chama a “Semana da Saúde” vai ser celebrada com variadas atividades e eventos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/02 – Informação Financeira.

----- Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013, cumpre informar ao Executivo Municipal a seguinte Informação Financeira com data de reporte de:

- 01 de janeiro a 31 de março de 2015:

Descrição	Valores em €
1.º Saldo Transitado de 2014	615.683,57 €
2.º Receita Cobrada	5.387.638,31 €
3.º Despesa Paga	5.280.616,84 €
4.º Saldo de Tesouraria	722.705,04 €
5.º Dívida a Instituições Bancárias	14.156.320,98 €
6.º Dívida a Fornecedores, Empreiteiros e outras Entidades	8.069.564,74 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

01/03 – Aprovação da ata de 23 de março.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião do passado dia 23 de março de 2015.

02 – Conhecimento de Despachos.

02/01 – DUOT – SO Administrativa e de fiscalização.

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas em 30 de março, pelo Senhor Vereador Dr. *Manuel Rodrigues* que a seguir se transcrevem:



Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de 24 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 16 e 27 de março de 2015

Pedidos de Informação Prévia Indeferidos

1/12 – Perform 3 – Parques Eólicos, Lda. – Implantação de Parque Eólico – Franco, Lamas de Orelhão e Passos.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 03/2015

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de 24 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 16 e 27 de março de 2015.

Comunicações Prévias Admitidas

15/15 – H. J. Santos – Promoção Imobiliária, Lda – Construção de um edifício para habitação e comércio – Urbanização do Recinto da Quimigal, Lote n.º 5 – Mirandela.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 06/2015

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de 24 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 16 e 27 de março de 2015.

Licenciamentos Deferidos

2/15 – Rui Paulo Carcau Contins – Construção de uma moradia – Lugar de Pombal – Passos;

16/15 – Esmeraldo Augusto Sequeira Esteves – Construção de um anexo – Passos.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

“INFORMAÇÃO N.º 06/2015

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013 e perante as competências em mim delegadas e subdelegadas por Despacho do Presidente da Câmara Municipal de 24 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal das decisões tomadas durante o período compreendido entre 16 e 27 de março de 2015.

Autorizações de Utilização Deferidas

9/15 – Ramiro Manuel Ventura – Habitação – Eivados;

15/15 – José Augusto Carvalho – Habitação – Rua dos Barriais, 116 – Frechas;

16/15 – Tiago Augusto Honrado – Habitação – Rua do Operário – Torre D. Chama;

17/15 – Rui António Assis Melo – Armazém Agrícola – Lugar das Corriças – Vale de Gouvinhas;

22/15 – Frederico José Rodrigues – Estabelecimento de Restauração e Bebidas - Lugar da Portela – Vale de Salgueiro;

23/15 – Manuel Pedro Castro Silva – Armazém Agrícola – Lugar Jogo dos Paus – Avantos;

24/15 – Maria José Dias Castro Silva – Agro-Turismo – Largo Abílio Augusto, n.º 8 e 9 – Avantos;

25/15 – Jorge Rui Mateus Ferro – Habitação – Rua das Malhadinhas, 81 – Mirandela;

26/15 – António Alfredo Teixeira Neves – Casa de Campo – Rua Fundo do Povo – S. Pedro de Vale do Conde;

27/15 – António Alfredo Teixeira Neves – Casa de Campo – Largo dos Tanques – S. Pedro de Vale do Conde.”

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/02 – DEE – Área Funcional de Recursos Físicos.

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foi presente o Mapa das Empreitadas em Curso, atualizado em 31 de março, que se dá por reproduzido.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/03 – DAGFM – Área Funcional de Recursos Financeiros.



----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 31 de março, pelo Senhor Vereador *Manuel Rodrigues* que a seguir se transcrevem:

Informação n.º 11/SOTAL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 24 de outubro de 2013, foram concedidos terrenos para sepultura durante o mês de março /2015.

Nome	Residência	Cemitério
Maria Emília C. Lourenço, Jaime Augusto C. Filipe, Alcina Maria Coutinho. Filipe e Licínio Augusto Coutinho Filipe	Mirandela	Golfeiras

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação n.º 12/SOTAL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 24 de outubro de 2013, foram concedidas as seguintes Licenças nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de Dezembro, durante o mês de março de 2015.

Licenças de Festividade e de Ruído

Nome do Requerente	Localidade	Licença
A In Vinus Tuna - Escola Superior de Tecnologia de Mirandela	Mirandela	Ruído
José Maria Ferreira Torralvo	Mirandela	Itinerante
José Maria Ferreira Torralvo	Mirandela	Ruído
Assoc. Estudantes Escola Superior Comunicação Administração e Turismo	Mirandela	Ruído

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

Informação n.º 13/SOTAL

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 24 de outubro de 2013, foram autorizados os seguintes averbamentos de licença de táxi, durante o mês de março de 2015.

Licença n.º	Titular	Residência
3	Luís António Gomes, Lda.	Mascarenhas
4	Luís António Gomes, Lda.	Mascarenhas
33	António Joaquim Ferreira	Vale de Salgueiro
3	Luís António Gomes, Lda.	Mascarenhas
4	Luís António Gomes, Lda.	Mascarenhas

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

02/04 – OA – II Modificação Orçamental, II Alteração ao Orçamento da Despesa, II Alteração ao PPI, II Alteração ao PAM.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* autorizou por Despacho a mencionada I Modificação ao Orçamento, II Alteração ao Orçamento da Despesa, II Alteração ao PPI e II Alteração ao PAM – 2015, nos valores indicados no documento, que se dá por reproduzido.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Gostaria de obter uma explicação sobre a inscrição do reforço da rubrica de outras construções e infraestruturas.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* esclareceu que no âmbito do projeto TuaMirandela, tivemos a oportunidade de nos candidarmos a alguns fundos comunitários e temos estado a fazer a reprogramação dos projetos que já estavam em curso, isso significa que vai havendo libertação de verbas e algumas delas acaba por ser possível ainda utilizá-las até ao final do Quadro Comunitário.

Neste caso em específico, foi decidido, por uma folga que existiu no Programa TuaMirandela – Mirandela Sustentável, fazer algumas intervenções na Ponte Velha de Mirandela, isto foi possível porque os serviços de certa forma conseguiram, num prazo recorde, ter um projeto pronto a ser apresentado e licenciado pelo IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico. Neste momento está o procedimento em curso e vamos tentar executar esta obra. Uma vez que esta obra não estava cabimentada tivemos de o fazer.

----- O Senhor Vereador Dr. *CARLOS FREITAS* disse: Em relação a este documento, há aqui uma rubrica que me chamou a atenção, que é a rubrica de iluminação pública, tinha uma dotação de 5 mil € e de repente tem uma inscrição de reforço de 60 mil



€, como os valores são muito díspares, não estava previsto, a minha questão é: Foi mal orçamentada a rubrica ou surgiu algum imprevisto em relação à iluminação pública?

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que há sempre acertos que vão sendo feitos ao longo do ano e são também acertos na faturação.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

03 – OA – Candidatura no Âmbito do Regulamento Tua Start – Ultrapassar Barreiras – Associação. de Mulheres Empreendedoras.

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 6401 de 01/04/2015, com o seguinte teor:

“Assunto: Envio de candidatura a Regulamento Tua Start

No âmbito da atividade desenvolvida pelo GAEE e tendo por base a gestão de candidaturas ao **Regulamento Tua Start**, junto envio a seguinte candidatura instruída e avaliada tecnicamente para pronúncia da Câmara Municipal:

- Ultrapassar Barreiras – Associação de Mulheres Empreendedoras.”

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* em 01/04/2015, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de Câmara.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o deferimento da pretensão do promotor “*Ultrapassar Barreiras – Associação de Mulheres Empreendedoras*” e consequente incubação na Sala 304, da Incubadora Tua Start, com início a 01 de maio de 2015, sujeito a celebração de contrato da incubação pelo período de 2 (dois) anos e correspondente pagamento dos valores da incubação previstos no Regulamento Tua Start.

04 – OA – Suspensão de Art.º da Tabela de Preços.

----- Foi presente uma informação subscrita pelo Técnico de Licenciamento e PDM/PU em 26/11/2014, com o seguinte teor:

“Assunto: Suspensão de artigo da Tabela de Preços

Apesar de não ser assunto que esta Divisão trate diretamente, tenho sido abordado por alguns munícipes acerca do valor da taxa de ligação de saneamento que é na actualidade de cerca de 330 € (confesso que não sei localizar o valor correcto, no regulamento/tabela de taxas).

Um caso de uma família com duas casas distintas no mesmo local, evidenciou a discrepância entre o que pediu primeiro a ligação à rede de saneamento, e o que pediu depois. O primeiro pagou cerca de 120 €, ao segundo foram pedidos cerca de 330 €.

Não sou propriamente especialista na fixação de valores unitários de taxas. Contudo chama a atenção o facto do pedido de ligação de saneamento consistir num simples acto administrativo. Ou seja, a Câmara não efetua qualquer trabalho no local, apenas autoriza que o particular faça essa ligação.

Podem retorquir alegando que provavelmente, o preço unitário de cerca de 330 € se reporta à construção do ramal domiciliário que a Câmara previamente realizou. Se assim for, pode-se colocar a pergunta: porque razão os custos dos mesmos subiram para quase 300% do valor da tabela anterior?

Parece-me que o valor em questão, embora possa pretender cobrir os custos da realização dos ramais (ou outros que desconheço), acaba por onerar de forma excessiva as famílias que pretendem exercer um direito que lhes assiste e que é ter boas condições de habitabilidade.

E sublinho que este valor é aplicado de forma “cega”. Nos loteamentos, apesar das infra-estruturas serem feitas pelos promotores dos mesmos, a taxa é – segundo julgo saber – aplicada de forma igual.

Na perspectiva das implicações sociais que tem o valor atual da taxa de ligação de saneamento, reforçadas pela atual conjuntura económica de alguma contração económica, julgo que deveria ser considerada a hipótese de ser suspenso o valor atual e reposto o anterior, até que seja efetuada uma análise correta dos custos dos ramais e uma justa repartição dos mesmos entre a entidade licenciadora (que aprovou a construção e mais tarde irá beneficiar do IMI) e o requerente.

Deixo o assunto à consideração superior.”

----- O Senhor Chefe da Divisão de Urbanismo e Ordenamento do Território Arq.º *António Carvalho* em 01/12/2014, emitiu o seguinte parecer:

“Entende-se que o assunto exposto não é da competência desta Divisão.”

----- O Senhor Diretor do Departamento de Coordenação Geral Eng.º *Guedes Marques* em 01/12/2014, emitiu o seguinte parecer:



“Sr. Vereador
Transmito a opinião do Eng.º *Beleza*.”

----- O Senhor Vereador Dr. *MANUEL RODRIGUES* em 01/04/2015, exarou o seguinte Despacho:

“À Reunião de câmara.

Considerada a informação e análise técnica referente aos valores em vigor das taxas de ligação de saneamento previstas na atual tabela de preços do Município, **propõe-se que seja suspenso o valor atualmente aplicado e reposto o valor que se encontrava em vigor na tabela anterior** até que sejam definidos os custos com os gastos efetivos na execução dos trabalhos/licenciamento. Esta proposta prende-se pelo facto que se pode considerar excessivo o valor atualmente aplicado, encarando com realismo a atual conjuntura económica sentida e o efetivo direito às condições de salubridade pública dos intervenientes, e ainda pelo facto de não existir uma real análise do custo da execução dos serviços e a repartição de esforços financeiros entre as partes, colocando em causa os fatores e potencialidades de investimento futuros dos promotores de infraestruturas na região.

Deverá ainda o Sr. Diretor do Departamento de Coordenação Geral, providenciar a constituição de uma equipa de trabalho para elaborar uma proposta de alteração à Tabela de Preços, assim como ao Regulamento e Tabela de Taxas do Município de Mirandela, enquadrando todas as situações que se encontrem desajustadas.”

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MANUEL MORAIS* disse: Relativamente a este assunto, apenas referir que não poderia estar mais de acordo com o despacho do Senhor Vereador, Dr. *Manuel Rodrigues*, porquanto ele visa colmatar desajustamentos que não tinham sido verificados, aquando da aprovação da Tabela de Preços e das Taxas Municipais.

Todavia, permitir-me-ia sugerir que fosse aproveitada esta oportunidade para que fossem dadas orientações à equipa de trabalho, que terá a seu cargo a elaboração de uma nova proposta, no sentido de que essa mesma proposta, tenha como base uma revisão em baixa de todos os preços e taxas, que até agora vigoraram.

----- O Senhor Vereador Dr. *MANUEL RODRIGUES* disse: Estas situações estão a ser verificadas, após a entrada em vigor da nova Tabela de Preços e de Taxas e nesse sentido, verificamos que alguns preços que estão a ser praticados, estão desajustados e a minha proposta vai de encontro ao que disse o Senhor Vereador, que é fazer essa revisão em baixa.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MANUEL MORAIS* disse: Apraz-me apenas registar esta declaração do Senhor Vereador Dr. *Manuel Rodrigues*.

----- O Senhor Vereador Dr. *CARLOS FREITAS* disse: Em relação a esta proposta, vou votar a favor porque considero que a argumentação do Eng. *Luís Beleza*, é muito coerente.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Eu só queria dizer que relativamente à Tabela de Preços e de Taxas da Câmara Municipal e ao seu Regulamento, é evidente que tem de existir sempre alguns itens dentro das rubricas que poderão ser ajustados em função do custo efetivo da operação. Congratulo-me com a medida e vou votar favoravelmente.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* esclareceu que existe algo hoje na composição das taxas, que é ligeiramente diferente do que era no passado e isso deu origem a algumas alterações no conceito da nova Tabela, que é fundamentação técnico-económica das Taxas.

Antigamente as Taxas eram calculadas com base na avaliação interna, hoje a fundamentação técnico-económica tem um conjunto de regras que muitas vezes provoca este desvirtuado, o que significa que é necessário também evoluir no sentido da contabilidade analítica, para se pode fazer uma avaliação concreta do custo real do trabalho a ser feito.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a suspensão do valor atualmente aplicado na ligação de saneamento e a reposição do valor que se encontrava em vigor na tabela anterior, nos termos propostos.

05 – OA – Proposta Final para Criação/Aprovação das ARU’s de Mirandela.

----- Foi presente uma informação subscrita pelo Chefe da Divisão de Arquitetura e Planeamento Arq.º *Henrique Pereira* em 23/03/2015, com o seguinte teor:

“Assunto: Proposta final para a criação/aprovação das ARU’s de Mirandela

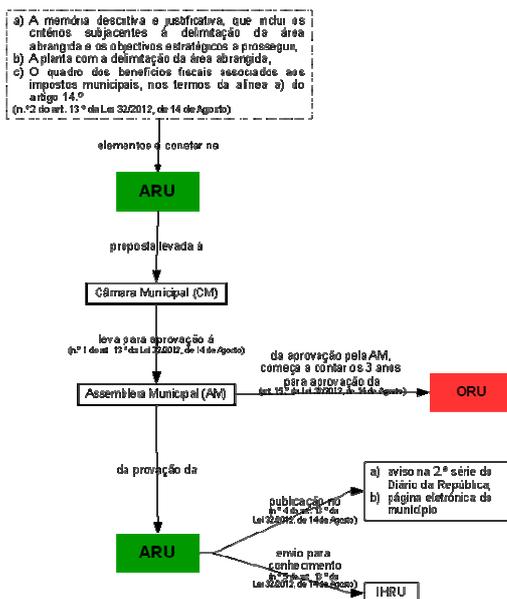
Tendo em conta os prazos definidos e anteriormente propostos, e dada a urgência colocada no presente assunto, damos como continuado o presente trabalho.

Foi rececionado apenas uma sugestão interna, dentro do prazo estabelecido que terminou no dia 18 deste mês, a qual foi tida em atenção.

Considerando que «*As áreas de reabilitação urbana incidem sobre espaços urbanos que, em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas urbanas, dos equipamentos ou dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva, justifiquem uma intervenção integrada.*» (n.º 1 do artigo 12.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto), vimos **propor que a Câmara Municipal aprove** (artigo 7.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto) **e proponha para aprovação na Assembleia Municipal** (n.º 1 do artigo 13.º da Lei 32/2012/, de 14 de Agosto) as **propostas das áreas de reabilitação urbana (ARU)**, respeitantes ao

Centro Histórico de Mirandela (ARUCHM) e do Vale da Azenha (ARUVA), da forma como se dispõe nos ficheiros em PDF que se anexam à presente informação.

Sobre os passos a dar pelas duas ARU, aqui propostas, sugere-se a leitura do esquema/imagem seguinte:



Para a aprovação das duas ARU propostas, não requer apresentação de regulamento municipal, ou outro instrumento, porque nesta etapa (indicada na imagem anterior) o Município de Mirandela somente apresenta uma intenção formal. Mas a partir do momento da aprovação pela Assembleia Municipal da ARUCHM e ARUVA, o Município de Mirandela tem três anos para passar das intenções para o desenvolvimento e aprovação das respectivas ORU (operação de reabilitação urbana) (art. 15.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto).

Uma **ORU** representa o «(...) o conjunto articulado de intervenções visando, de forma integrada, a reabilitação urbana de uma determinada área» (alínea h) do artigo 2.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto). Com a ORU clarifica-se ou materializa-se a ARU, ou seja, define-se o quê e de que forma é executada a ARU, estipulando as ferramentas procedimentais de governança e de planeamento, assente num modelo de dados/informação.

O que é necessário para aprovar uma ORU (operação de reabilitação urbana)?

Primeiro:

Para aprovar as ORU, a desenvolver para a ARUCHM e ARUVA, **requer definir o tipo de entidade gestora** (artigo 9.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto), a qual pode ser executada (n.º 1 do artigo 10.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto):

- pela autarquia, ou seja, o Município de Mirandela constitui uma equipa (que provém dos seus recursos técnicos) que apresentará (para aprovação) e executará as ORU;
- por uma “empresa do setor empresarial local”, terá a incumbência de apresentar (para aprovação) e executar as ORU. Com esta solução, a autarquia de Mirandela delega os poderes (n.º 2 do artigo 36.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto) que são indicados no programa estratégico de reabilitação urbana (n.º 3 do artigo 36.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto). A empresa é investida nas funções de entidade gestora e nos poderes que lhe sejam delegados, a partir do início da vigência da ARU (n.º 4 do artigo 36.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto), estando sujeita às directrizes e/ou instruções emitidas pela autarquia (n.º 6 do artigo 36.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto).

Recomenda-se que imediatamente após aprovação da ARUCHM e ARUVA, se defina a constituição da entidade gestora, uma vez que os prazos contam a partir desse dia.

Segundo:

Para aprovar as ORU, a desenvolver para a ARUCHM e ARUVA, importa estipular se apresentamos por:

- plano de pormenor de reabilitação urbana (PPRU), ou;
- instrumento próprio (programa estratégico de reabilitação urbana).

A diferença é que o PPRU é um instrumento de gestão territorial que se rege pelos critérios do RJGT, enquanto o instrumento próprio é da inteira responsabilidade da autarquia, traduzindo-se a proposta de ORU num regimento municipal. Aparentemente, o instrumento próprio é mais ágil, porque requer do Município de Mirandela exigência e desenvolvimento de capacidade para criar uma solução sustentável e coerente de acordo com os objectivos aprovados para aplicar.

De acordo com o referido, recomenda-se que a ORU para a ARUCHM e ARUVA sejam efetuadas por **instrumento próprio**.

Terceiro:

Para aprovar as ORU, a desenvolver para a ARUCHM e ARUVA, o instrumento próprio tem que ser redigido comportando duas componentes (artigo 16.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto):

- 1º A definição do tipo de ORU, ou seja, se a) simples ou, b) sistemática.

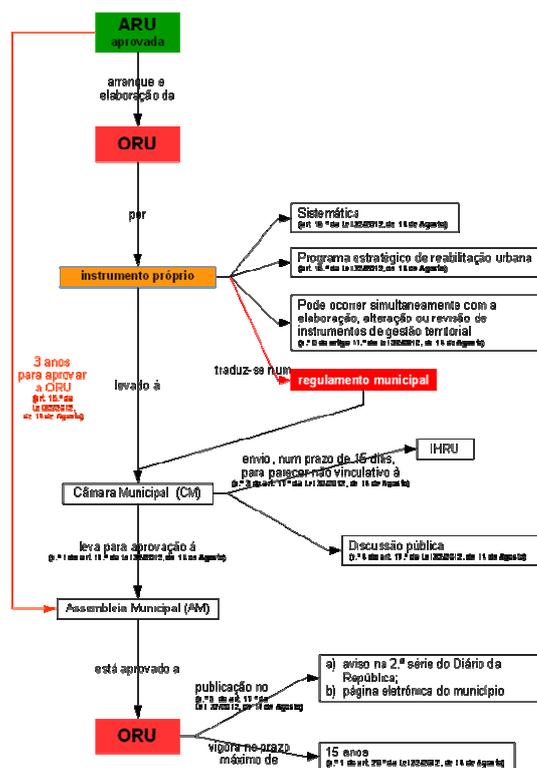
Para as propostas da ARUCHM e ARUVA, indicou-se nos documentos (pág. 3 da ARUCHM e pág. 5 da ARUVA) a opção por **ORU sistemáticas**, porque «(...) consiste numa intervenção integrada de reabilitação urbana de uma área, dirigida à reabilitação do edificado e à qualificação das infraestruturas, dos equipamentos e dos espaços verdes e urbanos de utilização coletiva, visando a requalificação e revitalização do tecido urbano, associada a um programa de investimento público.» (n.º 3 do artigo 8.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto).

2º A estratégia de reabilitação urbana ou o programa estratégico de reabilitação urbana, de acordo com o tipo de ORU.

Sendo a ORU da ARUCHM e ARUVA sistemática, a sua orientação será para um **programa estratégico de reabilitação urbana** (n.º 1 do artigo 33.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto). Este programa se traduzirá num regulamento municipal, alvo de discussão pública, que será composto (sem prejuízo do tratamento de outras matérias que sejam tidas como relevantes) por (n.º 2 do artigo 33.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto):

- Apresentar as opções estratégicas de reabilitação e de revitalização da área de reabilitação urbana, compatíveis com as opções de desenvolvimento do município;
- Estabelecer o prazo de execução da operação de reabilitação urbana [que não pode exceder os 15 anos (n.º 1 do art. 20.º da Lei 32/2012, de 14 de Agosto)];
- Definir as prioridades e especificar os objectivos a prosseguir na execução da operação de reabilitação urbana;
- Estabelecer o programa da operação de reabilitação urbana, identificando as acções estruturantes de reabilitação urbana a adoptar, distinguindo, nomeadamente, as que têm por objecto os edifícios, as infraestruturas urbanas, os equipamentos, os espaços urbanos e verdes de utilização colectiva, e as actividades económicas;
- Determinar o modelo de gestão da área de reabilitação urbana e de execução da respectiva operação de reabilitação urbana;
- Apresentar um quadro de apoios e incentivos às acções de reabilitação executadas pelos proprietários e demais titulares de direitos e propor soluções de financiamento das acções de reabilitação;
- Descrever um programa de investimento público onde se discriminem as acções de iniciativa pública necessárias ao desenvolvimento da operação;
- Definir o programa de financiamento da operação de reabilitação urbana, o qual deve incluir uma estimativa dos custos totais da execução da operação e a identificação das fontes de financiamento;
- Identificar, caso não seja o município a assumir directamente as funções de entidade gestora da área de reabilitação urbana, quais os poderes que são delegados na entidade gestora, juntando cópia do ato de delegação praticado pelo respectivo órgão delegante, bem como, quando as funções de entidade gestora sejam assumidas por uma sociedade de reabilitação urbana, quais os poderes que não se presumem delegados;
- Mencionar, se for o caso, a necessidade de elaboração, revisão ou alteração de plano de pormenor de reabilitação urbana e definir os objectivos específicos a prosseguir através do mesmo.

Sobre os passos a dar para aprovação de uma ORU, conforme esta proposta, sugere-se a leitura do esquema/ imagem que se segue:



Mais informação sugere-se a consulta do manual de apoio para ARU e ORU do IHRU em <http://www.portaldahabitacao.pt/opencms/export/sites/portugal/portal/docs/reabilitacao/ManualdeApoioARU.pdf>



À consideração superior.”

----- Vem acompanhada das propostas das áreas de reabilitação urbana (ARU), respeitantes ao Centro Histórico de Mirandela (ARUCHM) e do Vale da Azenha (ARUVA)

----- O Senhor Diretor do Departamento de Coordenação Geral Eng.º *Guedes Marques* em 23/03/2015, emitiu o seguinte parecer:

“Sr. Presidente

É de enaltecer o trabalho aqui proposto.

Julgo que corresponde ao desafio que tinha sido lançado ao Arq Henrique e a forma clara como está descrita toda a tramitação do processo, bem como as propostas anexas, é de elogiar.

Tal como ficou decorrente da conversa tida com V. Ex.ª ficam propostas duas ARU's, caracterizadas por âmbitos diferentes, mas ambas com relevante pertinência.

São de sublinhar as propostas de apoios e incentivos que devem ser ponderados, antes de serem confirmados em deliberação da Câmara.

Concordo que a Câmara deverá optar por não concretizar planos de pormenor – que são sempre difíceis de aprovar – e deve optar por “instrumento próprio”, tal como está caracterizado na informação.

Será importante, desde já, centrar a capacidade de projeto da Câmara neste objetivo e antecipar como assegurar a “entidade gestora” que deverá assegurar a continuidade de todo o processo.”

----- O Senhor Vereador Dr. *MANUEL RODRIGUES* em 01/04/2015, exarou o seguinte despacho:

“Propor à reunião de câmara, de acordo com o parecer, a aprovação das propostas de criação das áreas de reabilitação urbana (ARU), respeitantes ao Centro Histórico de Mirandela (ARUCHM) e do Vale da Azenha (ARUVA).”

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que o reconhecimento de um trabalho destas características é realizado pelos Técnicos municipais, normalmente para este tipo de trabalhos recorre-se ao exterior, pagando valores bastante elevados e nós conseguimos internamente criar o conhecimento e a competência necessária para apresentar este projeto.

Gostava que ficasse registado o meu reconhecimento pelo trabalho que só ainda agora está a começar, é um trabalho que vamos assumir internamente e vai no sentido de criar estas áreas de reabilitação urbana.

A outra questão, tem a ver com questões estratégicas de futuro, em relação à área da reabilitação urbana, todos reconhecemos como problema essencial hoje em dia da questão urbana, a questão dos edifícios devolutos e dos edifícios que estão em ruína, não existem grandes soluções técnicas, a única solução técnica e financeira que existe, normalmente é a notificação do proprietário, mas isso traz para as Câmaras Municipais a obrigação de intervir e naturalmente as Câmaras Municipais não têm dinheiro para intervirem em todos os edifícios que estão a ameaçar ruína.

Nesse sentido, este mecanismo das áreas de reabilitação urbana, é um instrumento de planeamento, recentemente publicado no âmbito da nova legislação da área de reabilitação, que pode permitir um ordenamento, incentivos, expropriações de forma mais rápida e pode também garantir a nossa candidatura a Fundos Comunitários, que sejam Fundos Comunitários que possam garantir também apoios a privados e apoios também a intervenções públicas.

Peço ao Eng. *Guedes Marques* que fizesse uma pequena introdução sobre este assunto.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MANUEL MORAIS* disse: No que concerne a este ponto, queria apenas manifestar o meu reconhecimento à equipa de Técnicos Superiores da Câmara Municipal, na pessoa do Senhor Diretor aqui presente, pelo excelente trabalho desenvolvido, que culminou no documento aqui trazido à Reunião do Executivo, sob proposta final e que após aprovação pela Assembleia Municipal criar as áreas definidas do Centro Histórico de Mirandela e do Vale da Azenha, duas áreas há muito necessitadas de intervenção urgente.

Dizer ainda que a conclusão deste trabalho é, pois, a demonstração inequívoca da superior qualidade dos Técnicos que a Câmara Municipal de Mirandela tem no seu Quadro de Pessoal. Parabéns, portanto, e mais uma vez na pessoa do Senhor Diretor, aos Arquitetos *Henrique Pereira* e *Adelaide Carpinteiro* e ao Arqueólogo *Isidro Gomes*, a quem gostaria que lhes transmitisse, exatamente, este meu sentimento.

----- O Senhor Diretor do Departamento de Coordenação Geral Eng.º *Guedes Marques*, autorizado a intervir disse: Aquilo que posso acrescentar em relação ao que já foi dito pelo Senhor Presidente é o seguinte:

De facto a cidade de Mirandela sempre teve no seu Centro Histórico, uma zona a justificar intervenções públicas e privadas e a legislação permite a criação de áreas de reabilitação urbana, que dedicam a essas áreas atenções legislativas muito específicas e permitirão, em face da decisão que a Câmara tome, criar oportunidades de investimento quer à Câmara, principalmente do ponto de vista daquilo que são infraestruturas públicas, mas também cria oportunidades de investimento aos privados, no sentido daquilo que sejam as suas oportunidades de reabilitação do seu património, quer ao nível de juros bonificados, quer ao nível de outras oportunidades de participação, quer ao nível também daquilo que sejam incentivos que a própria Câmara venha a criar, por exemplo de diminuição do próprio IML.

Esta necessidade de reabilitação urbana, sempre se teve como prioritária na zona do Centro Histórico, que é o centro que todos reconhecem da cidade, mas também por apelo do Senhor Presidente, foi constituída uma outra área de reabilitação urbana, que é

designada de Vale da Azenha e que tem o propósito de envolver os bairros sociais da cidade, que têm os mais antigos mais de trinta anos e que naturalmente justificam necessidades de reabilitação, quer pela idade dos edifícios, quer pelo próprio contexto social que eles representam.

Foram constituídas duas áreas de reabilitação urbana e que seguramente se espera que depois em termos daquilo que são as chamadas ARU's, que são áreas de reabilitação urbana, venham a permitir, quer ao nível de investimentos públicos, quer ao nível de investimentos privados, a melhoria das condições de vida das pessoas e a regeneração do tecido urbano da própria cidade.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Quando olho aqui para a ARU entendo-a como uma forma de abertura, de classificação, de regeneração, mas por outro lado, fica um pouco aquém na medida em que foge ao plano daquilo que é o instrumento próprio, o que é que isto quer dizer, eu não consigo perceber o que é um instrumento próprio definido que não seja caracterizado num plano e esse plano nós não o temos, ou seja, o Plano Pormenor e eu não vejo o porquê, se estamos a intervir, se estamos a reabilitar, se estamos a caracterizar, não termos um Plano Pormenor, não faz sentido.

Nós não nos podemos deixar cingir a um documento meramente escrito, abstrato, que não defina aquilo que nós queremos para a nossa cidade, ou para as nossas Freguesias.

A ARU neste caso é proposta para o Vale da Azenha e para o Centro Histórico de Mirandela, mas nós temos Centros Históricos também aqui na vila de Torre de Dona Chama, na Freguesia de Frechas, Lamas de Orelhão, Cedães e outras tantas aldeias que constituem as suas Freguesias.

Eu aqui só levanto uma questão, eu sou favorável à ARU, não poderia deixar de o ser, no entanto acho que o Plano Pormenor tem de ser para ir para a frente, temos de o definir, temos de o saber concretizar e temos de colocar os Técnicos da Câmara a trabalhar, uma vez que temos excelentes Técnicos para isso e têm de ter um papel ativo, preponderante e que vá de encontro àquilo que o Senhor Presidente pensa e o Executivo também, porque é isso que a população descarrega sobre eles, naquilo que é a condição mais linear, mais transversal de todas, que é, a população do nosso concelho vota num Executivo, esse Executivo tem de dar à população aquilo que eles mais desejam, que é, ordem, equilíbrio e definição, para não haver diferenciação.

----- O Senhor Diretor do Departamento de Coordenação Geral Eng.º *Guedes Marques*, autorizado a intervir disse: Aquilo que a intervenção do Senhor Vereador suscita é o seguinte: O passo que a Câmara Municipal está a dar é a definição das áreas de reabilitação urbana, sobre as quais obviamente deverão incidir todos os projetos e todos os planos que se devam fazer, não se pode avançar para um plano e para um projeto, sem ter dado este passo, não se pode atropelar a sequência dos procedimentos.

Aquilo que está estabelecido no procedimento é que a definição das ARU's é que vai definir e vai determinar depois as operações de reabilitação urbana que a Câmara entenda.

Apesar de o Senhor Vereador entender como abstrata a proposta, a proposta já contém várias incidências que devem ser consideradas e que são suscitadas à decisão da Câmara, nomeadamente, ao nível de proposta de incentivos aos privados, de que eu já falei por exemplo, na questão de redução do IMI e que essa decisão está para além de qualquer plano e para além de qualquer operação de reabilitação urbana.

A proposta apresentada, compreende aquilo que é necessário para a tomada de decisão da Câmara e que obviamente não pára por aqui, toda esta deliberação, terá de ser seguida por projetos com vista à operação de reabilitação urbana.

É evidente que se os meios municipais fossem ilimitados, que obviamente deveria haver mais áreas de reabilitação urbana, a Torre de Dona Chama com certeza teria essa justificação, como a própria cidade também teria justificação de outras áreas de reabilitação urbana, estou-me a lembrar por exemplo, de toda a zona de Golfeiras, e seguramente que haveria outros núcleos urbanos que justificariam isso, só que não vale a pena ter a ambição, ou criar uma expectativa, que depois não corresponda a operações no terreno, que reproduzam os objetivos que estão expressos nos propósitos de criar estas áreas de reabilitação, não basta uma deliberação para que depois na prática as coisas aconteçam.

Como os meios da Câmara são limitados, foi entendido por bem, conter, aliás, inicialmente a previsão era só constituir uma área de reabilitação urbana e por apelação do senhor Presidente, foi proposta uma segunda área de reabilitação urbana, que é a do Vale da Azenha. Tudo isto é ajustado em função da proposta da Câmara.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* esclareceu que temos de entender que ao longo dos anos, tudo o que foram orientações na reabilitação urbana a nível nacional, foram no sentido da criação de Planos Pormenor, isso resultou em que em muito poucos casos fosse possível concretizá-lo, porque o Plano pormenor tem um nível de detalhe que muitas vezes inviabiliza a sua introdução, com outra diferença, implica a introdução de características de propriedade privada que depois não são concretizáveis.

As ARU's – Áreas de Reabilitação Urbanas, foi uma evolução recente da legislação, no sentido de agilizar aquilo que é a intervenção nesse território, os mecanismos que o Eng.º *Guedes Marques* já falou, apoios e benefícios fiscais, nomeadamente, apoios na expropriação.

Na introdução do documento que distribuímos é fácil de ver que compete à Assembleia Municipal aprovar a delimitação da ARU, nos termos de uma memória descritiva, que é o que aqui temos, de uma planta e de um quadro de benefícios e a Câmara Municipal no prazo de 3 anos tem que aprovar a operação de reabilitação urbana, caso contrário, a ARU caduca. Este é o grande desafio, quando eu falei no final da minha intervenção, que este trabalho foi feito internamente e que deu este resultado, mas que é agora de certa forma que começa o grande trabalho, tem a ver com a operação de reabilitação urbana, a operação de reabilitação urbana é que vai identificar os pontos de intervenção e a partir do momento em que a operação de reabilitação urbana, que é o mecanismo que identifica as intervenções, não com o detalhe do Plano Pormenor, mas com o detalhe já maior, mas não chegando ao ponto do Plano Pormenor, nós temos quinze anos, para executar essa mesma operação, isto é, no momento em que a Câmara Municipal aprovar uma operação de reabilitação urbana neste prazo de 3 anos, terá quinze anos, sob pena de forte penalização, para executar a operação de reabilitação urbana.

Considero que estas simplificações, que foram feitas à lei da reabilitação urbana e que se traduzem em alterações ao Regulamento Geral de Edificação, que se traduzem na nova lei do solo, que se traduzem nesta legislação das ARU's, vieram trazer mecanismos muitos mais adequados à capacidade de intervir e o facto de ainda não estarmos a alargar é exatamente porque temos recursos, mas os recursos são limitados, mas a verdade é que já há uma avaliação feita anterior, para núcleos urbanos, neste caso, em ambiente rural, feita pelos serviços municipais, só que nessa altura o conceito eram as chamadas SRU, que eram virtualmente impossíveis de conceber, mas existem já núcleos urbanos identificados, nomeadamente, Avantos, Torre de Dona Chama, Abreiro, que já têm áreas identificadas, só que num conceito diferente.

Aquilo que é necessário neste momento, com este tipo de decisão é nós podermos aceder a financiamento e foi nesse sentido que foi feita uma avaliação interna na Câmara Municipal, fazer duas áreas separadas e que possa dar também origem ao financiamento a privados, um privado, desde que o edifício tenha mais de trinta anos, poderá concorrer a verbas específicas dentro destas áreas, poderá concorrer a verbas específicas para a reabilitação dos seus edifícios, com o objetivo de arrendamento.

Isto é uma opção que nós tomamos neste momento e que tem também como opção, dinamizar a construção civil, resolver os problemas dos proprietários que têm os seus edifícios “enclausurados” e responder ao desafio desta nova legislação, que é a legislação das ARU's e é isso que iremos tentar fazer.

----- O Senhor Vereador Dr. *CARLOS FREITAS* disse: Em relação às ARU's, nós estudamos os documentos, achamos que estão bem fundamentados, estão bem elaborados, está aqui um trabalho de louvar, só nos surgem algumas reservas em relação ao que está associado em relação às ARU's, que é como é que vai ser definido o tipo de entidade gestora? São aqui apontadas 2 soluções, a solução A, pela autarquia, ou seja, pelos quadros do Município e a solução B, pelo setor empresarial local.

É claro que nós vamos votar a favor das ARU's, porque achamos que são mesmo muito necessárias, até mesmo por causa dos Quadros Comunitários, mas gostaríamos de saber qual é a opinião do Executivo em relação e gostaríamos de saber se vão optar pelos recursos próprios da Câmara Municipal ou se vão optar por uma empresa do setor empresarial local, como está no documento, que nós já não vemos com tão bons olhos, porque achamos que os Quadros da Câmara Municipal são os mais adequados para executar este tipo de trabalho.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que o conceito não será dar a uma empresa privada, não será isso que vamos fazer, julgo que o conceito que eles defendem é um princípio de parceria, isto é, nós temos o exemplo do TuaMirandela que foi este projeto que estamos agora a terminar, em que nós tínhamos uma parceria, nós concorremos a essa parceria e era a Câmara Municipal, a Santa Casa da Misericórdia, a Mircom, a Paróquia Nossa Senhora da Encarnação e a Associação de Socorros Mútuos, no fundo é uma parceria que foi vertida em documento formal e que deu origem a uma candidatura conjunta, isto é, todos nós concorremos a essa candidatura, solidariamente não houve uma candidatura individual, a gestão neste caso era conjunta, havia aquilo que se chama o acordo de parceria e a gestão da parceria.

Aquilo que eu interpreto, é que o conceito para que vão as ARU's será neste conceito, não obstante de poder ser possível também adjudicar a empresas essa mesma atividade, mas se temos a opção de colocar os Quadros internos a fazer este trabalho, também teremos a opção de colocar os Quadros internos a fazer esse trabalho. Concordo também que este trabalho terá um componente de ordenamento, que tem muito a ver com o urbanismo, tem muito a ver com a questão da reabilitação, mas também há aqui um conceito económico muito forte por trás e por isso a equipa que trabalhará neste tipo de atividades será uma equipa multidisciplinar e nesse sentido se for necessário trazer a sociedade civil ou outras instituições, mas será sempre o conceito de parceria, tal como está a ser no GAEE – Gabinete de Apoio à Empresa e ao Empreendedor, que nós temos uma gestão onde estão várias entidades.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MANUEL MORAIS* disse: Só queria esclarecer aqui um assunto, relativamente à análise que foi feita. Penso que uma das fraquezas que foi apontada, na análise SWOT, como sendo a ausência da cultura, nas ARU's criadas, não está em conformidade com a já existente nas zonas a intervencionar. Não existirá aqui um lapso? Não será antes a falta da oferta cultural?

----- O Senhor Diretor do Departamento de Coordenação Geral Eng.º *Guedes Marques*, autorizado a intervir disse: O sentido dessa designação, ou dessa identificação, procura encontrar na solução que se venha a propor pontos de interesse e de atracção no Centro Histórico, se formos hoje ver o que é o Centro Histórico, não encontramos lá grandes atracções na área da cultura, temos o Complexo Cultural que está fora do Centro Histórico, não temos ali grandes atracções, a forma de dar vida a estes Centros Históricos, é criar-lhes pontos de interesse, uma Biblioteca, por exemplo, o ter outras iniciativas que atraiam os estudantes do Ensino Superior e outros estudantes de outros níveis de ensino, os idosos e ter ali, em todo o centro da cidade pontos que dêem vida e esse Centro Histórico da cidade, é esse o sentido desse ponto fraco.

Ao identificar esse ponto fraco é inculcar nele o objetivo de o contrariar e de criar atividades que procurem dar vida ao Centro Histórico.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MANUEL MORAIS* disse: Eu percebi isso, mas diz aqui o contrário. É um lapso que deverá ser corrigido.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos propostos:

- 1 - Aprovar a proposta de criação da área de reabilitação urbana (ARU), respeitante ao Centro Histórico de Mirandela (ARUCHM);**
- 2 - Aprovar a proposta de criação da área de reabilitação urbana (ARU), respeitante ao Vale da Azenha (ARUVA);**
- 3 – Submeter estas deliberações à aprovação da Assembleia Municipal.**



DEPARTAMENTO DE COORDENAÇÃO GERAL

06 – DAGFM – Área Funcional de Recursos Financeiros – Tesouraria – Resumo Diário de Tesouraria.

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 31 de março de 2015 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	722.705,04€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	<u>827.728,53€</u>
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	1.550.433,57€
DOCUMENTOS-----	80.962,79€

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

07 – DAGFM – Área Funcional de Recursos Financeiros – Contabilidade – Ordens de Pagamento.

----- Foi presente a informação n.º 07/DAGFM de 01/04/2015 que a seguir se transcreve:

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal que, no período compreendido de 18 de março a 31 de março de 2015, foram processadas e autorizadas Ordens de Pagamento no montante total de **1.019.079,38 €**:

Descrição	Valores em €
Ordens de Pagamento Orçamentais	1.017.484,88 €
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	1.594,50 €

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

08 – DEE – Área Funcional de Recursos Físicos – Aprovisionamento e Empreitadas – Requisições Externas de Despesa.

----- Foi presente a informação n.º 07/DEE de 01/04/2015 da Divisão de Edifícios e Equipamentos:

Em conformidade com o estabelecido na Reunião de Câmara de 23 de outubro de 2013, cumpre informar o Executivo Municipal que, no período compreendido de 18 de março a 31 de março de 2015, foram processadas e autorizadas Requisições Externas de Despesa no montante total de **203.043,70 €**:

Nome do Responsável	Valores em €
<i>António José Pires Almor Branco</i>	157.788,48
<i>Rui Fernando Moreira Magalhães</i>	197,05
<i>Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo</i>	7.258,46
<i>Manuel Carlos Pereira Rodrigues</i>	37.799,71
Requisições de valor igual ou inferior a 200,00 €	2.863,72
Requisições de valor superior a 200,00 €	200.179,98

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

09 – DEE – TuaMirandela – Mirandela Criativa – Dinamização e Modernização do Complexo Cultural 1.ª Fase – Pedido de Prorrogação de Prazo – Norasil – Soc. de Construção Civil, S.A.

----- Foi presente um requerimento de 19/12/2014, com o seguinte teor:

“Assunto: Empreitada de TuaMirandela – Mirandela Criativa – Dinamização e Modernização do Complexo Cultural – 1.ª Fase
Pedido de prorrogação de prazo

Exmos. Senhores.

Na sequência das nossas cartas referência E/0.2/0.513/0.1/989® de 11 de novembro de 2014 e E/0.2/0.513/0.1/94® de 20 de janeiro de 2015, vimos solicitar a V. Exas. Nova prorrogação graciosa de prazo de execução de empreitada em título, até 31 de março de 2015, com base nas seguintes razões:

1. Apesar das diligências que fizemos com vista à antecipação do prazo da anterior prorrogação, as condições climáticas condicionaram gravemente a execução da parte das tarefas, como nomeadamente, o revestimento das fachadas exteriores com capoto e impermeabilização das coberturas;



2. Não podemos concluir a instalação de AVAC pelas razões que são do conhecimento de V. Exas. (estamos dependentes da execução de trabalhos da V/ responsabilidade).

Na expectativa de bom acolhimento, apresentamos os n/ melhores cumprimentos e subscrevemo-nos com elevada estima e consideração.”

----- Foi presente uma informação subscrita pelo Chefe da Divisão de Edifícios e Equipamentos Eng.º *Rui Fernandes* em 23/03/2015, com o seguinte teor:

“Vem o adjudicatário da obra em referência, solicitar uma prorrogação do prazo de execução até ao dia 2015-03-31 (mais 32 dias). Não anexa qualquer plano de trabalhos correspondente.

Refere o adjudicatário, na sua argumentação para justificar a prorrogação o seguinte:

1- Apesar das diligências com vista á antecipação do prazo da anterior prorrogação (até ao dia 2015-02-27), as condições climáticas condicionaram gravemente a execução de parte das tarefas, nomeadamente, o revestimento de fachadas exteriores em capoto e a impermeabilização das coberturas;

2 – Não podemos concluir a instalação AVAC pelo facto de estar dependente da execução de trabalhos da responsabilidade da Câmara;

Sobre este pedido de prorrogação de prazo e sobre a argumentação utilizada pelo adjudicatário tem esta divisão a informar:

Esta obra foi adjudicada por 605 834,96€ com um prazo de execução de 120 dias. A consignação ocorreu em 2014-08-08 e o prazo contratual deveria terminar em 2014-12-06.

Esta obra já teve um pedido de prorrogação graciosa de 83 dias que previa a conclusão da obra até ao dia 2015-02-27 e obteve o seguinte despacho superior:

Approva-se a prorrogação solicitada até 27-02-2015, notificando-se o empreiteiro quanto ao exposto relativamente a eventual revisão de preços.

Deverão ainda ser aplicadas as multas contratuais e solicitada a apresentação do novo plano de trabalhos reportado a 31 de Dezembro.

O valor acumulado dos trabalhos realizados com referência ao auto de medição do mês de fevereiro de 2015 representa 81.7% do valor total da obra. Face aos trabalhos que ainda falta realizar no dia de hoje, podemos assegurar que, será impossível ao adjudicatário concluir os trabalhos em falta até ao final do mês, o que torna o prazo de prorrogação solicitado manifestamente irrealista.

Relativamente ao argumento das condições climáticas, considera-se que o incumprimento do prazo contratual de 120 dias (2014-08-08 a 2014-12-06) fez deslizar a execução da obra, para o período de inverno, que coincidiu com o período de prorrogação de prazo anterior (meses de dezembro, janeiro e fevereiro), onde se verificaram várias semanas com condições climáticas adversas (temperaturas negativas, tempo húmido e chuvoso), à realização dos trabalhos no exterior designadamente: a aplicação do revestimento de paredes em sistema ETICS, impermeabilização de coberturas planas, colocação de cobertura inclinada em painel sandwich e até trabalhos de AVAC, que como se sabe, decorrem na quase generalidade na cobertura. Devo acrescentar que, o sistema ETICS apenas pode ser realizado a temperaturas ambiente superiores a 5º e inferiores a 30º e em dias que não haja vento forte nem risco de chuva enquanto não estiver seco. Também as telas de impermeabilização não podem ser aplicadas em tempo e chuva havendo exigências de precauções extra para aplicações a temperaturas inferiores a 5º.

Quanto ao argumento de que não podem concluir a instalação de AVAC por estarem dependentes de trabalhos da responsabilidade da CMM, julga-se que não lhe assiste razão, pois, o que está em causa, é a intenção da Câmara substituir as condutas no interior do edifício, ligando-as á instalação nova executada neste empreitada. Nada do que a CMM pretende fazer, interfere com a realização dos trabalhos adjudicados nesta especialidade, com exceção da realização dos ensaios e testes finais que representam aos preços da proposta 426,25€. Na realidade, os trabalhos desta especialidade registam também atrasos de execução, faltando inclusive, concluir trabalhos na casa das máquinas, local sem qualquer perturbação climática.

Existe factualmente uma situação de incumprimento do prazo contratual que o adjudicatário justifica de modo insuficiente.

Não sendo viável nem recomendável, recorrer ao expediente da rescisão do contrato previsto no artigo 404 do CCP por motivos de desvio do plano de trabalhos, deve fazer-se mais uma tentativa de salvar o mesmo, fixando um prazo suplementar com uma duração adequada à conclusão dos trabalhos em falta nos termos do n.º 1 do artigo 325º do CCP.

O prazo suplementar referido, não desresponsabiliza o adjudicatário pelos prejuízos decorrentes do incumprimento do prazo, que julgamos poder vir a ser passível de aplicação de coimas, nos termos do artigo 51º do Caderno de Encargos e artigo 403º do CCP. A consumação da aplicação de coimas referida irá pressupor, o conhecimento do prazo de incumprimento, depois de ponderadas as situações de atraso ao plano de trabalhos justificadas e aceites pelo dono de obra.

Em face do exposto:

- Julga-se de conceder um prazo suplementar para conclusão da obra até final ao dia 30 de abril de 2015;

- O prazo suplementar referido configura para efeitos de revisão de preços uma prorrogação a título gracioso nos termos do artigo 13º do DL 6/2004 de 6 janeiro, ou seja, sem direito a acréscimos financeiros decorrentes de revisões de preços;

Sobre a eventual responsabilização do adjudicatário por incumprimento do prazo, deve ser ponderado se o atraso teve ou pode vir a ter encargos financeiros para a Câmara, por incumprimento de regras do programa comunitário ON2 e ainda o seguinte:

O prazo contratual previsto de 120 dias, para executar uma obra desta dimensão, com um valor de 605.834€ (que resultou de uma adjudicação com uma baixa de praz que rondou os 40%), julga-se que, não sendo impossível de cumprir, não era do ponto de vista técnico fácil, situação que resultou agravada pelo facto de a consignação ocorrer no início do mês de agosto em pleno mês de férias. Também, a necessidade de atender às condicionantes de calendário de financiamento do programa ON2, a que esta obra



estava inicialmente sujeita (conclusão até final do ano de 2014), pode ter estado na origem da fixação de um prazo de execução reduzido e sem margem para falhas.

À Consideração Superior.”

----- O Senhor Diretor do Departamento de Coordenação Geral Eng.º *Guedes Marques* em 23/03/2015, emitiu o seguinte parecer:

“Concordo

Considero que a extensão do prazo, deve traduzir, ao mesmo tempo, uma prorrogação, sem direito a acréscimo de revisão de preços, e a aplicação de multas contratuais pelos atrasos, sem prejuízo de – na ponderação – se ter em conta que o prazo definido era bastante restrito.”

----- O Senhor Vereador Dr. *MANUEL RODRIGUES* em 23/03/2015, exarou o seguinte Despacho:

“Concordo.

Nesta conformidade, submete-se à aprovação em Reunião de Câmara pelo Executivo Municipal a aprovação do pedido de prorrogação de prazo de acordo com as alterações propostas.”

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar a prorrogação do prazo até 30 de abril de 2015, a título gracioso à empresa adjudicatária “Norasil Sociedade de Construção Civil, S.A.”, referente à Empreitada “TuaMirandela – Mirandela Criativa – Dinamização e Modernização do Complexo Cultural 1.ª Fase”;**
- 2 – Dar conhecimento à empresa adjudicatária “Norasil Sociedade de Construção Civil, S.A.”, do teor desta deliberação.**

OUTROS ASSUNTOS

Questões e Problemas relativos à Freguesia de Torre de Dona Chama.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama *Fernando Mesquita* disse: Boa tarde a todos, começo por dizer que não posso deixar de manifestar o meu contentamento por esta iniciativa, aproveito para dar as boas vindas ao Senhor Presidente da Câmara, aos Senhores Vereadores e ao pessoal administrativo.

Espero que esta iniciativa não fique por aqui, que se repita muitas vezes, porque é essencial para aproximar os eleitos dos eleitores, mas também quero manifestar o meu contentamento pela assistência aqui presente.

Eu vou intervir duas vezes, uma agora e outra no final e peço-vos para que coloquais todas as vossas preocupações, todos os vossos anseios e necessidades, ao Senhor Presidente da Câmara, que não fique hoje aqui nada por dizer, com certeza todas as perguntas irão ter uma resposta.

Queria também informar, a pedido da D. *Lurdes Branco* que está aqui presente, que ela faz questão de assinalar este acontecimento, com um Porto de Honra que deseja servir-nos, aqui ao lado na casa dela e estão todos convidados, por ela para assistir a esse Porto de Honra, no final da Reunião.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Município *António Pinheiro* disse: Agradeço a presença do Senhor Presidente e dos Senhores Vereadores, de se terem deslocado da Câmara Municipal para virem aqui fazer esta Reunião, acho que junto da população é que se vêem os problemas e eu em representação da minha aldeia, fazia esta pergunta ao Senhor Presidente, que tem a ver com o saneamento, devemos ser pioneiros, há cerca de dez anos que temos lá os tubos enterrados e não temos saneamento. E também o arruamento desde lá baixo do Externato até aqui em cima à rotunda, com as obras está um caos. Esta rua aqui atrás também está em muito mau estado, isto é apenas um reforço dos pedidos que já foram feitos ao Senhor Presidente e há mais uns acessos também nuns bairros.

Sabemos que os orçamentos estão um pouco limitados, mas com algum esforço consegue-se. Eu já lhe agradei pessoalmente, foram feitas ainda poucas coisas, mas nota-se que há movimento, o que não acontecia há uns anos atrás. Voltem mais vezes.

----- O Senhor Diretor do Departamento de Coordenação Geral Eng.º *Guedes Marques*, autorizado a intervir disse: O saneamento dos Vilares da Torre, só não está a funcionar, porque não houve a garantia da disponibilidade do terreno para instalar a Etar, que chegou a estar adjudicada e neste momento já está feito o projeto da solução que aqui o Senhor Vereador já identificou, que é obviamente a bombagem para a Estação de Tratamento de Águas Residuais, melhorando a rentabilidade da Etar da Torre de Dona Chama e retirando mais um ponto que é sempre um ponto desagradável, de constituir mais uma Etar para uma aldeia.

A questão do saneamento dos Vilares da Torre está disponível em projeto para ser resolvida.



----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que quanto a esta questão, há um projeto que está a decorrer, iremos fazê-lo dentro das disponibilidades, se na altura temos conseguido adquirir o terreno, tínhamos feito a Etar, a obra estava adjudicada com a execução da Etar e nós tivemos de retirar a Etar da obra, que era uma obra financiada, porque não conseguimos adquirir o terreno, ao contrário do que aconteceu noutros sítios, por exemplo em Mosteiró foi difícil arranjar o terreno, mas conseguimos fazer a Etar em Mosteiró, aqui a solução que temos é vir para a Etar de cima, não temos outra solução.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- A Senhora Múncipe *Adelaide Martinho* disse: Boa tarde a todos, falaram aqui de Centros Históricos e venho aqui para fazer um apelo ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mirandela, que olhasse mais pelo nosso Pelourinho, pela nossa Berroa, que está tão pobrezinho, precisava de uma boa lavagem, precisa de plantas bonitas e relva bem arranjada, porque faz parte do nosso Centro Histórico.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que não podem nunca mexer na Berroa, nem no Pelourinho, porque o IPPAR não o permite, concordo que a envolvente deve ser arranjada.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Múncipe *António Martinho Nogueira* disse: apresento aqui um problema de cinco ou seis moradores que residimos numa rua que é chamada rua do Palão, a qual temos água canalizada há cerca de 5 anos, mas anteriormente vínhamos buscá-la a 120 m, os quais 120 m foram pagos pelos utentes, mas tudo isso já morreu.

Agora temos a canalização de gás, que está para servir os utentes e muito bem, temos é um grande problema, é que andaram a abrir as ruas, já por três ou quatro vezes, uma para o gás, uma para a água, abriram uma outra vez para saneamento, saneamento esse que morreu antes de nascerem os tubos. Foram colocados dois ou três tubos e depois para compor a rua foi preciso os moradores andarem lá com pás e sachos a tapar os buracos que deixaram. A partir daí continuamos na mesma, agora temos a rua que está realmente péssima, são 120 m, que conforme a disponibilidade da Câmara Municipal ou da Junta de Freguesia, acho que era fácil de resolver, inclusivamente, 120 m onde já não é necessário andar lá a bater com os martelos, uma retro escavadora abre a vala perfeitamente e colocar uns tubos, já não digo para saneamento, mas colocarem os tubos, umas caixas e a partir daí conduzirem as águas pluviais à estrada, porque realmente quando faz calor temos pó, quando chove temos lama.

As nossas necessidades prioritárias são o saneamento e o asfalto ou paralelos. 120 m de rua não é o que vai prejudicar muito a Câmara Municipal.

----- O Senhor Diretor do Departamento de Coordenação Geral Eng.º *Guedes Marques*, autorizado a intervir disse: Quanto à rua da Freixeda (rua do Palão), eu juntava esta questão com algumas outras obras que tiveram e é importante esclarecer isto, estas obras foram da iniciativa da Junta de Freguesia e de facto não correram bem, não ficaram nem prontas, nem acabadas, nem feitas, nem por fazer, nem aquilo que foi feito em muitos casos foi bem feito.

De facto a situação já se arrasta há alguns anos, foi feito um levantamento técnico de tudo o que estava feito e que era suscetível de ser aproveitado, está feito esse relatório técnico para o Executivo, percebam o seguinte, o Senhor que se referiu à rua da Freixeda dizia, “agora é fácil, porque com uma retro escavadora é só abrir a vala e meter os tubos”, agora é mais difícil, porque os tubos do saneamento vão ter de andar por baixo dos da água e dos do gás, percebam que muitas vezes para resolver uma situação com carácter mais definitivo, às vezes as coisas tornam-se ainda mais difíceis do que se fossem feitas do princípio.

Em relação à rua da Freixeda (Palão), está identificado o trabalho e está identificado aquilo que aconteceu.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que em relação aos arruamentos, os arruamentos é um problema que não existe só na Torre de Dona Chama, há muitos locais onde temos necessidade de intervir nos arruamentos, estamos a preparar um plano e iremos fazer uma distribuição equitativa, mas recorde que recentemente compusemos o acesso a Guide, não faltará também o cuidado de fazermos isto de forma equilibrada no concelho, porque há muitos pavimentos que estão neste momento a necessitar e aqui internamente também, por isso iremos tentar resolver progressivamente estes problemas, nomeadamente estradas que estão neste momento com algumas dificuldades, é uma deficiência grave que temos no concelho, alguns acessos que estão necessitados, iremos fazer os acessos prioritários e depois gradualmente iremos evoluir.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que estão a trabalhar com o Senhor Presidente de Junta, para ir gradualmente fazendo aquilo que temos identificado, há muito pouco que não esteja identificado na Torre de Dona Chama, está quase tudo de alguma forma projetado, o dinheiro vai vindo conforme vamos podendo. Mas recorde que só nesta intervenção do gás e é preciso também entender o que significa o gás, que é uma infraestrutura importante também para a vida das pessoas, mas só nesta infraestrutura do gás, foram gastos 80 mil € em materiais que acompanharam a infraestrutura do gás.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Múncipe *Raul Augusto Pinheiro* disse: Eu vivo numa rua que se chama rua travessa de São Brás, no Registo Civil não existe essa rua, na Câmara Municipal de Mirandela não existe o nome dessa rua, existe o beco de São Brás, mas a rua não existe. Nessa rua há muitos anos que foi levantado o paralelo para alargar a rua, até hoje ainda não foi colocado.

Temos também um grande problema que é o problema da água, pagamos dois impostos, pagamos o imposto da água e o imposto da luz para podermos ter água, pois para podermos ter água temos de ter bombas, toda a gente é obrigada a ter bomba para poder ter água. O nosso maior problema é a água.

----- O Senhor Diretor do Departamento de Coordenação Geral Eng.º *Guedes Marques*, autorizado a intervir disse: Na rua de São Brás é também uma obra da iniciativa da Junta de Freguesia, que teve alguns problemas, que foram acompanhados dentro daquilo que foi a solicitação que foi feita aos Serviços Técnicos, foram acompanhadas pelos Técnicos da Câmara Municipal, sempre que a Junta de Freguesia nos solicitou.

Há aqui um aspeto que é da Câmara Municipal, que é a água, em relação à água o problema também está identificado, já foi feita uma proposta de instalação de uma bomba, que vai permitir a criação de aumento da pressão da água para aquela zona, para que de facto o problema seja resolvido.

Isto já estava identificado há algum tempo, já foi quantificado o custo do trabalho, está também pronto para avançar a realização deste trabalho.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que a abertura do gás coincidiu com a substituição de imensos ramais, tínhamos muitas roturas, que acompanhando o gás gastamos em materiais cerca de 80 mil €, temos vindo a fazer pouco, reconheço que na travessa de São Brás há esse problema, já está identificado há algum tempo, nós tivemos até queixas pessoais, é um assunto que está identificado. Há uma coisa que se resolve facilmente, é o nome, basta uma Assembleia de Freguesia e decidir, por deliberação da Assembleia de Freguesia que aquele sítio ali é a travessa de São Brás e passa a ter nome, não é assim uma coisa tão difícil de fazer, é uma competência da Assembleia de Freguesia.

Ficou claro que irá ser resolvido o problema, mas o que nos custa a nós às vezes é saber que as coisas foram pagas e não foram feitas e quando estão pagas e não estão feitas, o nós estarmos às vezes a fazer é estarmos a pagar duas vezes e darmos razão a quem fez e aqui está em acordo com o Senhor Presidente de Junta e irá ser resolvido.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Município *Mário Reimão* disse: Moro na rua do Choupal, agora já tiraram o capim, as valetas estão rasas de tanto capim e a água quando chove passa por cima do asfalto e os carros quando passam molham as pessoas todas e também não tem luz suficiente, se passar uma pessoa a 5 m não se consegue reconhecer porque quase não há luz nesta rua. Era preciso também que se fizessem os passeios.

----- O Senhor Diretor do Departamento de Coordenação Geral Eng.º *Guedes Marques*, autorizado a intervir disse: Em relação à rua do Choupal, vale a pena dizer o seguinte, eu estive aqui há alguns anos, eventualmente algumas das pessoas que aqui estão hoje, também estiveram aqui numa altura em que houve aqui uma reunião com todos os moradores da rua, que é Estrada Nacional.

E eu estive aqui com a Senhora Presidente de Junta da altura, dando uma expectativa de que as obras iriam arrancar logo e pedimos às pessoas e toda a gente se disponibilizou para deixar cortar à frente e para cortar os muros, para tudo o que fosse preciso, houve uma disponibilidade absoluta de todas as pessoas nesse sentido.

As condições eram, a Junta Autónoma de Estradas, que agora se chama Estradas de Portugal, definiram o seguinte: Desde que a Câmara Municipal fizesse o projeto, eles fariam toda a pavimentação daquilo que representasse o projeto, que contemplava logo à partida uma rotunda no cruzamento da Escola Preparatória, o colocar passeios e iluminação, em que a Câmara Municipal iria pavimentar os passeios e fazer a iluminação.

O que é certo é que a Câmara Municipal fez o projeto, o projeto seguiu para a Junta Autónoma de Estradas, não houve nenhuma contestação em relação a esse projeto e a Câmara Municipal foi surpreendida quando a Junta Autónoma de Estradas fez a pavimentação, sem nos dar nenhuma satisfação em relação aos resultados daquilo que tinham sido os compromissos, que eles próprios tinham assumido.

Penalizo-me por eu ficar mal, porque eu vim dar aqui a cara, de certo modo em nome da Câmara Municipal, criando expectativa às pessoas de que as coisas iam avançar, mas sinceramente a falha não foi da Câmara. Devo aproveitar esta oportunidade para esclarecer as pessoas que o projeto foi feito, tudo aquilo que dependia da Câmara nada falhou, a Câmara manteve o compromisso de fazer os lancis, de fazer a pavimentação e de fazer a iluminação em tudo que era o projeto, quem falhou de facto foram as Estradas de Portugal, o projeto continua válido, dentro daquilo que sejam as possibilidades da Câmara, a Câmara poderá implementá-lo, muito embora hoje as Estradas de Portugal são redobradamente exigentes quando se lhes mexe no património deles.

É um esclarecimento que era devido.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que em relação à rua do Choupal, o Eng.º *Guedes Marques* já respondeu, eu só recorde também que quando foi feita a adjudicação da obra entre a Torre de Dona Chama e o Cruzamento da Bouça, não estava prevista a pavimentação do interior da Torre, recorde isto, está aqui o empreiteiro da obra e sabe-o bem, aliás foi ele que alertou uma vez e disse que não entendia porque é que a obra parava à entrada da Torre e não era feita a pavimentação dentro da Vila, nós ainda hoje não entendemos, houve reuniões, houve alterações ao projeto, houve imensas comunicações e de um momento para o outro nem sequer abriram a obra aqui, enquanto aquela obra foi feita por uma empreitada nacional, esta obra foi feita pela conservação, porque se não nem havia pavimento para termos aquela obra feita, isso foi objeto de grande pressão, por isso é verdade que havia uma expectativa de criar passeios e tudo isso, mas essa expectativa nem fomos nós que a geramos, foi-nos gerada pelas Estradas de Portugal.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Município *José Fernandes* disse: Agradeço a vossa presença e a oportunidade que nos dão de podermos falar das nossas necessidades, além do que já foi aqui mencionado, há muitas ruas, entre seis a oito, que estão ainda em terra batida, acho

que a Torre de Dona Chama merece mais que isso, é uma vila do concelho de Mirandela e há uma necessidade urgente de olhar para isso.

Há um problema aqui bastante grave, como é que é possível, as pessoas da Torre tomam mais banho no inverno do que no verão, há mais metros cúbicos que passam pela Etar no inverno que no verão, o que se passa é que as águas pluviais se juntam às águas do saneamento, aqui na rua do Prado podem verificar isso e isso aumenta bastante a nossa fatura de água, mais que não seja nas taxas de saneamento. Era favor que olhassem para isso, a fim de diminuírem a nossa fatura.

Havia coisas um pouco mais complicadas, mas vamos falar um bocadinho de orgulho, acho que Mirandela devia orgulhar-se de ter uma vila, a única vila que é a Torre de dona Chama, e nós da Torre de Dona Chama também nos deveríamos orgulhar de pertencermos a Mirandela, mas a questão é simples, o que se faz para que haja este orgulho? Deixo-vos aqui esta pergunta.

Quero também falar nos acessos, temos conhecimento que Mirandela fez uma estrada até Vila Flor passando pelo Cachão, para Valpaços, enquanto aqui na Torre de Dona Chama encontramos as mesmas curvas, quando foram feitas a pá e picareta, nos tempos dos romanos! Ainda estamos nesses tempos? Eu sou cidadão aqui da Torre de Dona Chama, embora seja descendente de Vinhais e quando olhamos para estruturas do concelho de Vinhais encontramos mais mais-valias do que encontramos aqui no concelho de Mirandela, em particular na Torre de Dona Chama.

----- O Senhor Diretor do Departamento de Coordenação Geral Eng.º *Guedes Marques*, autorizado a intervir disse: Em relação à questão das águas pluviais na Etar, é uma questão com toda a pertinência, de facto em muitos aglomerados urbanos há aquilo que se chamam, coletores unitários, em Mirandela ainda há alguns coletores unitários, que recebem ao mesmo tempo o saneamento das casas e as águas pluviais que entram nas sarjetas, já há pouco, mas em todos os aglomerados urbanos isso acontece.

Mas também em Mirandela existe este problema de aparecer água da chuva na Etar e porque é que isso acontece? E isto é uma sensibilização que é importante fazê-la aqui e em qualquer lado, é que muitas pessoas, pensando que estão a fazer bem, ligam as águas dos telhados aos coletores de saneamento, à sua caixa domiciliária de saneamento, inevitavelmente essa água vai parar à Etar.

Todas as pessoas que tenham águas dos telhados ligadas ao saneamento, por favor desliguem-nas, isto é, ponham-nas a correr superficialmente pelos passeios, a água depois lá segue o seu caminho e lá vai para as linhas de água. Se qualquer um de nós tiver um tubo do telhado ligado à caixa do saneamento, inevitavelmente estamos a engrossar o caudal que está a entrar na Etar, estamos a pagar mais por água limpa que estamos a meter na Etar.

Mas também nesta questão é importante referir, a Câmara Municipal tem em relação às Águas de Trás-os-Montes uma divergência que é a seguinte, comparando com aquilo que acontece na Torre de Dona Chama e em Mirandela, os problemas são parecidos, há uma comparação ao contrário daquilo que por exemplo acontece com a Etar do Cachão, na Etar do Cachão, as três Etars são administradas pelas Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, na Etar do Cachão como a carga poluente é muito superior, eles fazem uma análise à entrada e dizem assim: "Este caudal deve ser multiplicado por duas ou três vezes mais, porque é um caudal muito poluente". Aquilo que a Câmara Municipal quer, é que exatamente em Mirandela e na Torre de Dona Chama, porque o caudal é menos poluente quando entra água limpa, ele em vez de ser multiplicado por duas ou três vezes mais, seja multiplicado por 0,5 ou seja, seja diminuído do seu valor real. É uma questão que tem sido discutida entre a Câmara Municipal e as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, mas é uma questão muito pertinente e que também nos pode caber a todos um pouco de contribuição, desligando as águas pluviais do saneamento.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que em relação às ruas de terra batida, já lhe foi dito que temos identificadas e iremos fazê-las, só lhe posso dizer é que não paga mais taxas de saneamento pelas águas pluviais, infelizmente nós pagamos o saneamento às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro e pagamos um valor bastante elevado, nesse sentido as nossas tarifas são feitas com um valor negativo anual que ultrapassa os 500 mil €, nós se neste momento fossemos colocar as tarifas no valor certo, tínhamos de aumentar em todo o concelho as tarifas de saneamento em 500 mil €, mas porque o valor que nós pagamos às Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro é muito maior que o valor que é pago por exemplo, no litoral.

O que está neste momento a ser preparado é que haja uma junção de todas as Águas do Norte e o valor que nós pagamos hoje, que é cerca de 0,72€/m³, valor que a Câmara Municipal paga, passe a 0,55€/m³, enquanto que hoje no litoral se paga 0,52€/m³, há aqui uma injustiça que está a ser combatida e esperamos que venha a ser colmatada no futuro.

Em relação às estradas de Vila Flor e Valpaços, quem fez as estradas foi a Junta Autónoma de Estradas, assim como fez esta aqui e está a ser prevista a recuperação, já está neste momento no plano da EP, a recuperação desde a Torre de Dona Chama até à Serra da Nogueira, está orçamentada em 2,5 milhões € e penso que irão fazer essa intervenção.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Município *Carlos Pires* disse: Estou aqui em representação do Grupo Desportivo de Torre de Dona Chama, como vocês sabem, na Câmara Municipal de Mirandela e todos os presentes da Torre de Dona Chama também o sabem, o Grupo Desportivo esteve durante dois anos sem atividade. Neste momento e graças à coragem de um grupo de jovens que ainda estão aqui por Torre de Dona Chama, decidimos reatar toda a atividade do Grupo Desportivo.

Em dois anos de o Grupo estar sem atividade, foram-se criando alguns problemas, em especial na sede do Grupo Desportivo, durante estes dois anos uma vez que não havia atividade, a Câmara Municipal cortou com o subsídio que o Grupo Desportivo recebia.

Neste momento já temos atividade, depois poderemos falar nisto mais à frente, ou mesmo irmos à Câmara Municipal para discutirmos esse assunto.

O que é certo é que já demos provas, desde o reatamento, de que conseguimos ter atividade, organizar com qualidade, dou o exemplo do Ciclocross, foi feito em dezembro, uma prova das escolas de ciclismo, que teve 63 crianças no passado sábado.

Nós, ao contrário do passado, não queríamos só continuar com o futebol, porque acho que atualmente nenhum clube do concelho, com a exceção do Sport Clube de Mirandela, poderá ter condições para ter futebol, nós queríamos sim, continuar com as modalidades de futsal, ciclismo, desportos motorizados e nessas modalidades incentivar a formação, exemplo disso, arrancamos com a escola de ciclismo, que neste momento tem 18 alunos, para uma vila como é a Torre de Dona Chama é de salientar, no que diz respeito à sede do Grupo, convidava-os a visitarem a sede ainda hoje se fosse possível, que era para verem o estado em que está e vermos no local as possíveis ideias para um projeto, que nós Grupo Desportivo temos e vermos em que é que nos podem ajudar.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* afirmou que apenas lhe pode louvar a dedicação, não tenho outra forma de lhe responder. Pegar num Clube moribundo, que já foi um Clube que teve alguma atividade, mas pegar no Clube e começar como está a começar, deixa-me assustado, porque depois tenho de o ajudar e isso significa que possa ter mesmo de o ajudar, mas é um ótimo sinal, eu acho que na Torre há dois elementos fundamentais, o desporto e a cultura numa perspetiva associativa é muito importante e a questão de revitalizar neste momento o Clube é fundamental para a Torre, sejam quais forem as atividades, mas também concordo consigo, o futebol é sempre a mais abrasiva, mas em atividades em que possa ter crianças é fundamental, para aquilo que nós queremos para uma Vila, uma Vila tem de ter isso.

Tenho de lhe dizer apenas que nos vamos reunir, vamos encontrar caminhos, não será tão depressa, mas nós estaremos cá para apoiar o desporto na Torre, porque achamos fundamental o desporto e principalmente em ambiente rural é fundamental haver.

Falta também a Associação Cultural, Desportiva e Recreativa que também falhou, não é possível pensar a Torre sem estas duas componentes, uma componente mais virada para a área cultural e recreativa e uma componente virada para a área desportiva, porque nós não podemos querer acreditar constituir uma Vila, ou uma Cidade, ou até um Concelho, sem termos estes elementos e são as pessoas de cá que fazem esse trabalho, são elas que conhecem, são elas que trabalham e nesse sentido acho que é muito importante ter esta dedicação.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Município *Manuel Nogueira* disse: Venho comunicar e pedir ao Senhor Presidente da Câmara, se fizer o favor para olhar para o caudal da água que temos em Torre de Dona Chama, principalmente nos pontos mais altos. Nos últimos dez anos da minha vida, com a deficiência que tenho, tentei melhorar a minha vida, mas parece que os serviços camarários têm mais dificuldade, por isso peço que olhem para a minha vida e para a dos outros e peço que atendam todos os pedidos desta população.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que quanto à questão do caudal, já aqui foi explicado o que terá de ser feito.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Município *Fernando Costa* disse: Estou aqui em representação da Associação dos Bombeiros Voluntários da Torre de Dona Chama, era só para me cingir aos Bombeiros Voluntários, mas visto que estamos em época de pedir, como também sou de uma aldeia que pertence à Freguesia da Torre, que é Mosteiró e tenho ouvido a preocupação dos moradores, mais concretamente o aumento do cemitério, dizem que não se justifica que as pessoas não tenham espaço para serem sepultadas e não é preciso gastar muito dinheiro para fazer essa obra.

Enquanto Presidente dos Bombeiros, eu abracei este projeto em boa hora, ali pelo Dr. *Mesquita* que me convidou e me convenceu a vir para aqui e em boa hora o fiz, estamos há cerca de três meses nos Bombeiros, temo-nos deparado com algumas situações complicadas e para mais nós que somos uma equipa jovem e sem experiência nestas atividades, penso que os Bombeiros vivem muito do serviço que prestam a nível de urgência e transporte de doentes, porque em relação aos incêndios, o sistema está de tal forma que se for necessário, os Bombeiros do distrito aparecem, se for necessário também aparecem os do Porto ou de Vila Real, se a situação assim o justifique.

Nós deparamo-nos que muitas vezes só temos uma ambulância para fazer INEM, nós vamos até ao concelho de Vinhais, ou até ao concelho de Macedo de Cavaleiros, vamos para Valpaços e deparamo-nos muitas vezes, que quando lá chegamos demoramos 15 ou 20 minutos, temos de transportar um doente para Vila Real ou para Bragança ou até para Mirandela, a ambulância é-nos lá retida duas ou três horas e se precisarmos outra vez de sair com o INEM, não temos viatura para o fazer.

E como eu penso que salvar as pessoas e salvar a vida, depende da prontidão que nós atuamos, penso que precisávamos de mais uma ou duas viaturas de INEM, para podermos ser mais eficazes nas urgências com que somos deparados.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* afirmou que em relação ao cemitério, os cemitérios são geridos pelas Juntas e quando se vendem as expansões, o dinheiro das expansões tem de ser aplicado nos cemitérios, ou seja, quando se faz uma expansão do cemitérios, vendem-se as campas, o dinheiro tem de reverter para a mão-de-obra e a Câmara Municipal apoia com os materiais. Este é o nosso princípio, nós não fazemos obras exclusivamente por nossa iniciativa, tem de haver colaboração, se não houver colaboração, não vale a pena chamarem-nos ao local. Aconteceu assim quanto à igreja e há-de acontecer assim também em relação ao cemitério.

Em relação ao Bombeiros, também não lhe invejo o cargo, se há cargo difícil, esse cargo é este, naturalmente que os Bombeiros têm uma dedicação diferente, os Bombeiros colocam a sua vida em risco todos os dias, mas os dirigentes colocam também a sua vida disponível para poderem trabalhar em prol da população, e os Bombeiros são um exemplo claro disso.

Eu recordo que todos os meses pagamos 6.900,00 €, do valor que faltou pagar o Quartel dos Bombeiros, esperemos que isto acabe brevemente, mas todos os meses não falhamos nunca, nem nunca pusemos em causa esse valor, assumimos toda a componente que não foi financiada e foi muita, daquele Quartel, estamos a pagar todos os meses, não pondo em causa nunca, a Associação dos Bombeiros, nem o Quartel, acreditem que é um esforço muito grande e nós nunca falhamos.

Em relação aos Bombeiros também temos de fazer uma reflexão, a verdade é que os Bombeiros têm várias componentes, uma delas é o serviço à população, mas também tem a outra, que é fundamental, que é a emergência, a emergência na atuação, e nós temos de pensar o que é que é mais importante, para responder se é uma coisa ou se é outra. Existem custos enormes na atividade de combate a incêndios, existem custos na manutenção das viaturas, existem custos na manutenção das equipas, existem custos na manutenção do Quartel, água, luz, tudo o resto e é preciso olhar para aquilo com olhos de ver e a minha disponibilidade, até sendo uma pessoa bastante sensível para isso e tendo alguém que está bastante ligado ao setor, como o *Manuel Rodrigues*, é sentarmo-nos à mesa e encontrar formas de poder responder da melhor maneira à emergência. Após o período crítico, cá estarei para conversarmos sobre o que vai ser o futuro dos Bombeiros e como vamos fazer o futuro dos Bombeiros na Torre de Dona Chama.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Município *Bruno Carvalho* disse: Dedico-me desde há quase quarenta anos à educação, nomeadamente, ao 3.º ciclo e secundário nesta terra e gostaria de ouvir a opinião do Senhor Presidente da Câmara e dos Senhores Vereadores, quanto à continuidade ou não do ensino na Torre de Dona Chama. Como sabem, com as novas competências que foram atribuídas aos municípios relativamente ao 1.º ciclo, é possível que tenda a alargar-se ao restante ensino, por essa razão gostava de ouvir a vossa opinião relativamente à continuidade do ensino nesta terra.

A Torre de Dona Chama fica situada nos limites do concelho de Vinhais, Macedo de Cavaleiros, Valpaços ainda um pouco e Mirandela, sem o transporte dos alunos de Vinhais, Macedo de Cavaleiros para a Torre de Dona Chama, o ensino desaparece, como já está a acontecer, quase todos os alunos desta zona vinham até há bem pouco tempo estudar para a Torre de Dona Chama.

Os alunos que frequentam o Colégio de Torre de Dona Chama têm exatamente os mesmos direitos e as mesmas obrigações que têm os alunos das escolas do estado, basta ler o Dec-Lei n.º 299/84 e a Portaria n.º 766/84, que estabelece exatamente os mesmos direitos e as mesmas obrigações, está também na Constituição.

Eu gostava de saber, para me prevenir, relativamente à continuidade ou não nesta terra do ensino. Pois a continuarmos assim, não podemos viver.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que há números que também são importantes, a Câmara paga todos os meses os transportes de alunos de outros concelhos, não recebendo nada por isso, para garantir que a Escola, o Ciclo está aberto, se amanhã deixar de pagar os transportes às crianças que não são deste concelho, a Escola fecha porque não há alunos suficientes e a luta tem sido todos os dias para garantir a manutenção daquele equipamento, do Ciclo, até já estamos a trabalhar para tentar novas valências, como a Creche, algo muito pedido pelo vosso Presidente de Junta e que estamos a tentar ver se conseguimos incluir essa valência, a Carta Educativa de Mirandela é clara, nós temos uma Carta Educativa aprovada, que não tem dúvidas em relação à Torre de Dona Chama, este centro é para manter, está lá, está claro, não há nada na Carta Educativa que fale na manutenção do ensino em Torre de Dona Chama e compete-nos a nós garantir que ele está aberto através do transporte dos alunos, que nós pagamos, porque não há nenhuma Câmara que pague o transporte e para os meus colegas de Vinhais e de Macedo de Cavaleiros logicamente que é muito agradável que seja a Câmara Municipal de Mirandela a pagar o transporte destes alunos, porque eles não gastam dinheiro com isso.

Mas nós fazemos isto como um investimento do futuro da Torre, para garantir a manutenção deste centro aqui na Torre de Dona Chama, este investimento é feito este ano, foi feito no ano passado, tem sido feito ao longo dos anos e como digo, a Carta Educativa fala sempre na manutenção deste centro, EB 2/3 de Torre de Dona Chama, iremos continuar, o que não tem a ver com quaisquer novas competências, aliás a Câmara Municipal rescindiu um contrato que tinha de delegação de competências com o Ministério da Educação, porque nós fazemos isto com os nossos recursos, o Ministério da Educação não nos dá dinheiro algum para estas novas competências e foi por isso que nós rescindimos o contrato, porque no fundo estávamos nós a suportar as competências do Ministério e o que nós não podemos é suportar as competências que os outros depois vêm dizer que são nossas, nós temos vindo a assumir, aquilo que é o futuro da Torre de Dona Chama depende de cada um de nós, depende de cada um dizer aos alunos que não são deste concelho, que venham para cá.

Mas não podemos confundir o que é o ensino público com o que é o ensino privado, o ensino privado tem um modelo de financiamento e o ensino público tem outro modelo de co-financiamento, já lhe foi transmitida essa resposta, no último Conselho Municipal de Educação foi-lhe transmitida a resposta, aquilo que nós pensamos, é a implementação da Carta Educativa de Mirandela, com uma exceção, porque a única dúvida que temos neste momento é no Centro Escolar do Sul, na zona dos Avidagos, mas nesta zona não há alteração nenhuma, por isso o que está plasmado na Carta Educativa de Mirandela é o que está plasmado na Carta Educativa de Mirandela e nós não vamos fugir disso, pelo menos eu não penso fugir disso e não há iniciativa nenhuma de fugir disso, aliás, faz parte do conceito de concentração de competências aqui em Torre de Dona Chama, que passam por exemplo, pela breve criação de um posto igual ao GAM – Gabinete de Apoio ao Município de Mirandela aqui na Torre, para aumentar os serviços e nesse posto igual ao GAM, esse posto no fundo é como o Gabinete de Apoio ao Município que há em Mirandela, as pessoas vão poder fazer aqui na Torre, tudo o que se faz no Gabinete de Apoio ao Município em Mirandela, quem tiver um problema com a Segurança Social pode vir tratá-lo neste posto, carta de condução também, tudo o que é feito hoje em dia nas chamadas Lojas do Cidadão poderá ser feito aqui na Torre de Dona Chama até ao verão e estamos a tratar neste momento de fazer as alterações, as modificações e depois colocar em funcionamento, isto porque queremos que as pessoas se desloquem à Torre de Dona Chama, queremos que as pessoas entendam que existem aqui serviços que fazem vir pessoas de outros concelhos aqui à Torre.

É este o tipo de estratégia que nós temos vindo a fazer, que é tentar dotar a Torre de Dona Chama com um conjunto de serviços que a torne central, não só ao nível das pessoas que cá vivem, mas também das pessoas que envolve.

----- O Senhor Município *Bruno Carvalho* disse: Gostava de fazer aqui uma clara evidência ao que foi dito, o Senhor Presidente referiu que o ensino particular tem um estatuto que o diferencia das escolas do Estado, mas há o ensino particular aqui na Torre de Dona Chama e há o ensino particular no global, Porto, Lisboa e outros. Esta escola particular tem um contrato de associação com o

Estado, o Senhor Presidente, se fizer o favor leia o Dec- Lei n.º 299/84 e a Portaria n.º 766/84 e verá que é claro aquilo que eu afirmo aqui. Eu não estou a pedir nada, eu só quero ouvir uma resposta, relativamente à continuidade ou não nesta terra do ensino.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* afirmou que já lhe foi transmitida qual a nossa interpretação quanto a esse assunto.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Município *Francisco dos Santos* disse: Moro na rua de acesso ao São Brás e há mais de um ano que os paralelos estão lá a monte e ainda não foram repostos.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que quanto a esta questão, já aqui foi explicado o que será feito.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Município *Nuno Nogueira* disse: Só quero pedir um esclarecimento, porque surgiram umas dúvidas, tornadas públicas, a Câmara Municipal não ficou bem vista, pois foi acusada de ter faltado ao prometido e é o seguinte: A Comissão de Festas há cerca de 5 anos, na altura do Presidente Dr. *José Silvano*, foi prometida uma verba para a Festa, essa verba não foi transferida, entretanto o Dr. *José Silvano* saiu da Câmara Municipal e já falamos com o Senhor Presidente, no ano passado foi lido um comunicado na igreja que dizia que a Câmara Municipal tinha prometido à Comissão de Festas do ano anterior cerca de 4 mil €, a Câmara Municipal foi criticada, foi acusada de não cumprir com a palavra.

Nós temos uma verba aprovada, já com o atual Executivo, ainda não foi transferida, mas a nossa dúvida é mesmo essa, se foi prometida a eles o valor que nos foi aprovado a nós.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* informou que em relação à questão da Comissão de Festas, ainda bem que me fazem estas perguntas, porque são daqueles esclarecimentos que para mim são fundamentais.

Há uns anos atrás, quando tomei posse, o *Nuno* foi ter comigo e disse-me assim, “nós precisamos de apoio para a festa” e eu disse que não apoio festas, prefiro colocar cubos numa rua do que apoiar uma festa, a festa se é festa tem de arranjar dinheiro para ela, tem de arranjar dinheiro para se sustentar, não apoio festas.

No entanto, foi-me dito que havia um compromisso do meu antecessor Dr. *Silvano*, em pagar 8 mil € à Comissão de Festas e que havia problemas pessoais, nomeadamente pessoas que estariam “atravessadas” no Banco com esse compromisso e eu disse que não sendo um compromisso meu e tendo em conta as dificuldades financeiras que eu tinha e tenho na Câmara Municipal, que assumia esse compromisso, porque não queria de forma alguma que alguém ficasse “enrascado” e disse claramente que pagaria, dentro das minhas possibilidades, os 8 mil €. Já foram pagos 4 mil €, e eu vou-vos dizer porque motivo é que eu disse, dentro das minhas possibilidades, é que a Junta de Freguesia da Torre recebe todos os meses 7 mil €, de dinheiro que a Câmara lhe transfere, vou repetir, a Junta de Freguesia da Torre recebe todos os meses 7 mil € para pagar dívidas, não é para ela infelizmente, se não fazia uma festa, mas é para pagar dívidas, porque havia aqui um conjunto de dívidas, como vocês sabem e tivemos de assumir.

Eu disse na altura à Comissão de Festas, “meus Senhores, isto não dá, eu tenho de ter cuidado” e o grave problema é que o dinheiro é uma coisa relativa, dar materiais às vezes é mais fácil do que dar dinheiro líquido, porque se eu somar os materiais todos que demos para a igreja de Vilares, para a igreja de Mosteiró e para o que foi feito na Capela Mortuária, se calhar se somarem tudo já dava para pagar essas dívidas todas.

Mas nesse mesmo dia eu disse, eu pago conforme as minhas condições e quando alguém da Comissão me veio falar há um ano atrás, eu disse, eu tenho uma dívida ainda de 4 mil €, que me comprometi a pagar, mas que irei pagar dentro das minhas possibilidades.

Posso-vos dizer, que segundo sei até foram pagos 1.000,00 € no mês passado e eu nem dei conta, porque os serviços têm instruções, que à medida que vão tendo disponibilidade, vão pagando e por exemplo tivemos aqui um problema de injunção na Torre e tivemos de antecipar três meses, para podermos pagar uma injunção, se não a Junta de Freguesia parava e nós tivemos de ir saber do dinheiro para poder pagar essa injunção, porque havia uma empresa que bloqueava as contas à Junta e nós lá arranjamos o dinheiro, porque ter dinheiro não é a mesma coisa que arranjar dinheiro, são coisas diferentes.

Aquilo que eu disse à Comissão de Festas foi que ia pagando conforme as minhas disponibilidades, como outras situações, como digo, se não estou em erro, no mês de Fevereiro foram transferidos 1.000,00 €, irão ser transferidos 1.000,00 € sucessivamente até fazer os 4 mil €, porque eu não vejo aquilo como um apoio à festa, mas sim o pagamento de um compromisso do passado.

Tal como estou a pagar gradualmente à Junta, irei pagar isso até ao final, mas não apoio festas, nem aqui, nem em lado nenhum, aliás, não há ninguém que vá à Câmara pedir apoio para festas e que eu não diga isto também, por isso há um compromisso de pagar 8 mil €, foram pagos 4 mil €, eu tenho ideia que neste momento foram pagos mais 1.000,00 €, até ao final do ano, provavelmente fica o valor pago na totalidade, mas pago quando tenho disponibilidades e quando posso, mas não é para esta ou aquela festa, é para pagar um compromisso que eu assumi convosco, com a sua Comissão, não foi com mais nenhuma.

Eu acho que na Torre as pessoas às vezes têm de ter noção, eu gosto da Torre, porque acreditem ou não tenho bons amigos na Torre e os meus amigos na Torre, desculpem a expressão, estão-me sempre a “dar nas orelhas”, mas são pessoas leais e sérias que lutam pela sua terra, não é fácil lutar pela sua terra e nesse sentido, às vezes é bom que as pessoas reflitam um pouco sobre aquilo que tem vindo a ser feito.

Falo apenas do meu mandato naturalmente, o Dr. *Mesquita* quando entrou para esta Junta sabia que havia um problema, tivemos uma reunião e foi-me perguntado, como é? Há apoio da Câmara ou não há apoio? E eu respondi, naquilo que eu me comprometer eu vou em frente, naquilo que eu não me posso comprometer, não me venham pedir mais. E já fizemos mais do que o que



podíamos, porque os 7 mil € que estamos a pagar por mês, irão terminar um dia, mas nós queremos continuar a apoiar a Junta, porque a Junta tem projetos para avançar e o Senhor Presidente falará nisso, a Torre tem necessidades que nós sabemos, que nós sentimos todos os dias, mas também têm de dar um pouco de benefício a um conjunto de coisas que estão a ser feitas, porque se essas coisas estão a ser feitas, é preciso olhar para elas, podia falar do Quartel da G.N.R., ninguém imagina a luta que foi por este Quartel, o Senhor Presidente de Junta já não acreditava e eu sempre disse, nós vamos até ao fim e vamos acreditar, não é pelo valor da obra do Quartel, é o simbolismo da obra, porque a obra vai obrigar a ficar a G.N.R. aqui na Torre, há cerca de dois ou três anos estávamos a discutir se a G.N.R. ia embora da Torre e agora não vai porque tem aquelas instalações e nós tivemos de trabalhar muito para aquelas instalações, como já disse nós gastamos 80 mil € a compor a água, não se vê? Acreditem que se vê, sabem quem vê? São os funcionários municipais que tinham de vir reparar as avarias, esses vêem.

Um dia fui à Capela Mortuária e tive vergonha, porque era a pior Capela Mortuária do nosso concelho, tinha vidros partidos e panos na janela, não me esqueço disto, quando vi aquilo disse, a Torre não pode ter uma Capela Mortuária destas, a obra está feita, quem arranjou o dinheiro e o financiamento para fazer aquela obra, quem é que foi no dia seguinte encontrar-se com os responsáveis da Desteque para resolver o problema da Capela Mortuária? Sabem quem prescindiu? Foi a vossa Junta, porque tinha uma candidatura para fazer um centro de artes e teve de desistir da candidatura, para fazermos a obra da Capela Mortuária, porque era muito mais fácil fazermos a candidatura do centro de artes, mas foi identificado, preparado, que era mais importante para nós todos ter uma Capela Mortuária digna.

É preciso ver o que isso significa, aqui há uns tempos diziam-me quando ia a Guide que a obra da igreja nunca iria ser feita, está a decorrer a obra, foi a Câmara que indicou três igrejas para serem intervencionadas, quem está a fazer é o IPPAR, mas quem as indicou foi a Câmara. A Câmara indicou três igrejas, a de Guide, a de Abambres e a dos Avantos, para serem intervencionadas e sugerimos que a igreja de Guide fosse a primeira porque estava a parede a cair. E a igreja está a ser feita a intervenção na igreja, eu gosto que as pessoas dêem valor.

É preciso que as pessoas pensem que gostar da Torre significa ter a capacidade de trabalhar em conjunto, para que se possa de alguma forma fazer as coisas e às vezes o que custa mais ver aqui na Torre é a divisão entre as pessoas, para mim trabalhar em conjunto é muito importante, tenho comigo três Vereadores, muitas vezes há situações que eles não concordam, mas temos uma coisa que nos une que é a lealdade e o respeito mútuo, nas aldeias, no concelho seja onde for, tem de ser assim e eu penso que a Torre necessita essencialmente disso, primeiro ter a consciência do que é necessário e ir fazendo pouco a pouco e deixarem-se de intrigas. Lutem pela vossa terra, eu luto pela minha, trabalho com este Governo que é do PSD, é do meu partido, mas se vier um Governo do PS também trabalho com ele, se vier um Governo do Partido Comunista trabalho com ele, seja o Governo de que partido for, eu trabalho com esse Governo. O interesse do meu concelho, da vossa Vila e de todos nós é trabalhar em conjunto, com a colaboração de todos consegue-se fazer.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Vereador Eng.º *JOÃO CASADO* disse: Relativamente a todos os problemas que foram colocados aqui, eu diria que já são problemas recorrentes, o Senhor Diretor sabe bem da pressão que muitas vezes eu faço, no sentido de tentar resolver dentro do que são as limitações financeiras do Município, porque quem recorre a um Plano de Saneamento Financeiro gastou muito e não tem, tem de fazer muito com pouco e isso é difícil, é preciso sabê-lo gerir e o Senhor Diretor tem feito um excelente trabalho nesse sentido.

O que eu queria dizer, particularmente era o seguinte: Eu, no que me diz respeito a tudo aquilo que são os problemas das pessoas da Torre de Dona Chama, da minha terra, eu não lhes posso responder porque eu não lhes vou prometer nada, há aqui uma pessoa que me pede uma opinião relativamente quanto àquilo que eu acho que é estratégico para o futuro, quer seja para uma população, quer seja para um concelho, que é a educação, a esse eu vou responder, perdoem-me todos os outros por não o fazer, porque eu não posso dizer mais do que aquilo que tenho dito, já é o meu segundo mandato como Vereador, já faço parte da Câmara Municipal desde 2009, não vou estar aqui a defender esta ou aquela rua.

Nas funções que eu como Vereador da Oposição, que me permitem intervir, chamar a atenção de todas as questões, em todas elas eu vou-vos dizer, que sempre estive, estarei, seja na Torre, seja em qualquer outra Freguesia, sempre disponível, mas não vos posso prometer nada, a não ser trabalho e dedicação, no sentido de colocar os problemas em cima da mesa das reuniões de Câmara.

Relativamente ao Dr. *Bruno Carvalho*, eu respondo-lhe o seguinte, a Torre de Dona Chama sem educação não é nada, também não é este país e no que é a estratégia do que pode ser no futuro, ou do que poderia ter sido a requalificação de educação dentro do nosso concelho, eu sou defensor não da centralização, mas da descentralização, norte, centro e sul do concelho, esta é a minha opinião sincera.

Há que dar continuidade à obra que está feita, há que valorizá-la, há que a complementar se for necessário, evidentemente que nós estamos no interior do país, estamos num concelho que em área é extremamente grande, é verdade que temos um custo brutal em termos do que é a despesa do Município com os transportes escolares, como também temos com a água e com o saneamento.

Mas a si diretamente eu digo-lhe, no que diz respeito ao Vereador *João Casado*, eu sou favorável à descentralização, à continuidade da sua obra, à sua melhoria, é à sua aplicação, isto porque duas coisas são fundamentais, nós não podemos concentrar tudo no centro, não podemos colocar um Agrupamento com 600, 700 ou 800 alunos, é uma estupidez do meu ponto de vista, porque funciona melhor a divisão, onde colocamos pessoas, onde criamos postos de trabalho, onde as crianças têm mais atenção, eu também já fui criança, eu também já passei pelo secundário, eu estudei aqui nesta terra e também saí daqui e voltei, esta é a minha experiência, é aquilo que eu lhe posso dizer.

Do ponto de vista político e eu agora falo como político, a minha ideia e dado que o Município não tem capacidade para fazer um Agrupamento, ou um Mega Agrupamento que seria a ideia inicial, eu sempre fui favorável à divisão, há que manter o Colégio de Torre de Dona Chama, a taxa de natalidade é cada vez mais baixa, se tirarmos daqui a escola a Torre de Dona Chama morre, temos uma população envelhecida, pouco dinamismo, pouca indústria, poucos postos de trabalho, deixa de ter vida esta vila.



Esta é a minha opinião sincera, não por ser daqui da Torre de Dona Chama, mas porque entendo que a educação tem de ser transversal e para o nosso concelho seria do meu ponto de vista, norte do concelho Torre de Dona Chama, o centro de Mirandela e depois a sul, aí já não vou particularizar, tem a ver com a questão da mobilidade, da melhor concentração, nem sei se no sul neste momento reúne condições.

Nada a dizer, do meu ponto de vista apoio, há que manter, há que melhorar, há que subir o nível educacional, é isto que tenho a dizer.

A todos os outros, relativamente às obras, aos paralelos, aos acessos, dizer-lhes só uma coisa, a solução para os Vilares da Torre, do meu ponto de vista parece-me extremamente fácil, nós temos uma Etar a trabalhar a 50 %, só trabalha de facto quando as águas pluviais entram e aumenta o caudal, é por as águas do saneamento dos Vilares da Torre na Etar. Por muito que custe, é um sistema de bombagem, mas não há outro.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MANUEL MORAIS* disse: Com a devida autorização do Senhor Presidente, queria reiterar os cumprimentos, na pessoa do Senhor Presidente, Dr. *Fernando Mesquita*, a todos os torrienses e dizer-lhes também que, e fazendo parcialmente minhas as palavras do Senhor Vereador *João Casado*, meu colega de bancada, dizendo que estaremos sempre disponíveis para poder, não exigir, mas sensibilizar o Senhor Presidente da Câmara, no sentido de acudir às vossas pretensões. Como sabem as nossas possibilidades e capacidades nesse sentido, não vão além da sensibilização. O que até aqui tem acontecido tem-se traduzido num diálogo profícuo, diria mesmo até perfeito, com o Senhor Presidente de Câmara. Por conseguinte, dizer-vos que estarei também à inteira disposição para ser mais um a sensibilizá-lo quanto aos vossos problemas.

Em segundo lugar permitir-me-ia dirigir uma questão, eventualmente várias, depende da resposta que o Senhor Presidente da Junta nos der e, neste sentido, também dar-lhe a oportunidade para que possa pressionar o Senhor Presidente de Câmara, no sentido de obter os resultados esperados e que é a seguinte:

Não obstante o desenvolvimento de Torre de Dona Chama nos últimos anos, consubstanciado em infraestruturas realizadas, requalificação de diversos espaços, nomeadamente este onde nos encontramos, construção, ou em vias de construção, de novos equipamentos, nomeadamente os Quartéis dos Bombeiros e da G.N.R., que há pouco tivemos oportunidade de visitar e, ainda, outros, que infelizmente não foram terminados, que projetos tem em mente para o futuro próximo, dentro do atual contexto financeiro, que tanto a Câmara como a Junta de Freguesia ainda estão sujeitos?

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama *Fernando Mesquita* disse: Permita-me que lhe responda na última intervenção que irei fazer no final.

----- O Senhor Vereador Dr. *JOSÉ MANUEL MORAIS* disse: Sendo assim, farei depender as minhas questões, que eventualmente poderão surgir, para depois da sua intervenção.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Torre de Dona Chama *Fernando Mesquita* disse: Antes de mais quero congratular-me com o vosso comportamento, destes aqui uma lição de civismo. Mais uma vez agradeço a presença da Câmara Municipal e vou começar, pegando nas palavras do Senhor Presidente da Câmara quando disse que é preciso lutarmos pela Torre, é mesmo isso que é preciso fazer, lutar pela Torre de Dona Chama.

Mas respondendo também ao Senhor Vereador *José Manuel Morais*, a propósito das pressões, não conteis comigo para entrar na Câmara aos berros, não, as pressões fazem-se com correção entre os Órgãos institucionais, o Senhor Presidente sabe que eu tenho pressionado sempre, mas com correção, só lhe peço aquilo que eu entendo ser humanamente possível.

Quero dizer também que os problemas concretos, dos paralelos, das ruas, da falta de água, são importantíssimos para a nossa vida, foram referidos pelos clientes aqui presentes e eu faço um apelo ao Senhor Presidente da Câmara, não deixe esta gente sem respostas no terreno, vá fazendo realmente aquilo que puder.

Quero apresentar aqui um problema de caráter mais genérico, tem a ver com o desenvolvimento da nossa terra, porque podemos cá ter até paralelos, podemos ter água, podemos ter tudo, mas se assistirmos à saída das pessoas da nossa terra, não adianta termos o Quartel dos Bombeiros, não adianta termos o Quartel da G.N.R., não adianta termos paralelos, se não tivermos desenvolvimento sustentável e equilibrado, vamos todos embora e “fechamos as portas”.

Esse desenvolvimento, na minha modesta opinião, passa por um conjunto de três vertentes essenciais a curto e médio prazo, que tem a ver, primeiro com a agricultura e tudo o que a ela está associada, a pecuária, a transformação dos produtos agrícolas, mas isso é um ponto que está relacionado com os privados, pois a Junta e a Câmara pouco podem fazer em relação a isso, a não ser apoiar e colocar os meios à disposição, para que os privados se capacitem, os nossos jovens têm de ser incentivados para se dedicarem à agricultura, uma agricultura não de subsistência, mas intensiva, em grande escala e aí podemos ter esperanças em desenvolver.

Outra vertente tem a ver com a área dos serviços, os serviços são fundamentais para que as pessoas se possam fixar aqui, e quanto aos serviços, queremos manter os que temos e queremos trazer para a Torre mais alguns. O Senhor Presidente já deu o exemplo de alguns serviços que virão de novo que é a Loja do Cidadão, vulgarmente conhecido e manter os que cá estão.

E para também responder ao Dr. *Bruno Carvalho*, eu nem sequer quero ouvir falar da saída do Ensino Secundário, quero é ouvir falar é de trazermos o Ensino Superior para cá. Os serviços são também essenciais para o desenvolvimento desta terra.

Mas eu guardei para o fim um último ponto, que eu acho na minha modesta opinião, que é talvez o mais importante, depois destas pequenas obras a que já foi feita referência, que é a parte cultural e o património. Associado à área cultural e ao património, temos

a área do turismo que é fundamental para o desenvolvimento desta terra, desta região e deste país, ninguém vem à Torre de Dona Chama se não tiver o que visitar e se não tiver onde ficar.

Nós temos aqui património que é desconhecido de toda a gente, ou pelo menos não é valorizado, eu vou fazer a entrega simbólica de um panfleto deste a cada um dos presentes, trata-se de um monumento nacional que é a par de mais duas ou três pontes do género, são únicas em Portugal e nem sequer está assinalada, essa fotografia mostra-nos uma das últimas intervenções depois de ter caído uma das pedras da ponte e que foi corrigida com cimento.

Eu peço ao Senhor Presidente da Câmara, que nos ajude, agora que estamos numa época de tantos Fundos Comunitários, para fazermos algumas candidaturas no âmbito da recuperação e da divulgação deste património, podermos iniciar escavações no Castro de São Brás, que também é um monumento que ali temos, que nos ajude também numa candidatura para reestruturarmos o celeiro, para podermos futuramente fazer exposições temáticas.

Vou dizer em primeira mão, que estamos a criar um grupo de trabalho, muito homogéneo e muito diversificado, com pessoas que estão na Torre e com pessoas que estão fora, mas que são da Torre e que gostam da Torre e vamos em conjunto trabalhar para fazermos um projeto com alguma dimensão e com algum nível, para estar pronto para que sempre que haja possibilidade de nos candidarmos a esses fundos, termos em mão esse trabalho pronto a entregar, para que não percamos nenhuma candidatura.

Em relação à ponte, julgo que devíamos lutar para que ela fosse encerrada ao trânsito automóvel, fazendo-se outra ponte a jusante do rio, para se poder circular e esta ponte ficar apenas para ser visitada pelos turistas, porque é de facto uma obra única, é o monumento talvez mais importante do concelho de Mirandela, estamos a falar de uma ponte romana.

Temos de preservar, conservar, divulgar todo este património, é essencial para a nossa terra.

Resta-me mais uma vez agradecer a vossa presença e esperar que este ato se repita muitas vezes. Obrigado.

----- O Senhor Presidente Eng.º *ANTÓNIO BRANCO* afirmou que em relação às sugestões do Senhor Presidente de Junta, naturalmente que só é possível sucesso se trabalharmos em conjunto e se tivermos as coisas minimamente preparadas, nesta fase de candidaturas comunitárias. Já existem alguns projetos, a Casa dos Caretos, o Centro de Artes, já temos aqui alguns projetos que podem ser reativados neste Quadro Comunitário.

A nossa presença aqui teve duas componentes essenciais, uma componente pedagógica, é importante que as pessoas vejam como funcionam as instituições, é uma forma das pessoas entenderem como funcionam as nossas atividades, e depois o ouvirmos as pessoas, que faz parte também das nossas funções ouvir as pessoas, muito obrigado a todos pela vossa presença.

A Câmara Municipal tomou conhecimento.

----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art. 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim , que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 17 horas e 30 minutos.

O Presidente da Câmara Municipal;



António Pires Almor Branco

O Chefe da Divisão de Admin. Geral,
Finanças e Modernização;



João Paulo Fraga